

Nativa 

A COLUNA PRESTES

A PARAÍBA ARMADA

Juvandi de Souza Santos
Jardiel da Silva Sátiro


NUPEHL

**A Coluna
Prestes:
A Paraíba Armada**



•

Editor

Lucas Manoel Freire Monteiro Cabral

Conselho Editorial

Luíra Freire Monteiro
Flávio Carreiro de Santana
Emerson M. Alves Silva

Conselho Científico

Bruno Rafael de A. Gaudêncio (IHCG)	Maria Liége Freitas Ferreira (UFCG)
Eliton S. Medeiros (UFPB)	Laudemiro L. de Figueiredo Filho (IHGB)
Flaubert Barros Leira (HGGP)	Lucira Freire Monteiro (UEPB)
Flávio Carreiro de Santana (NUPEHL)	Luíra Freire Monteiro (UEPB)
Glauber Paiva da Silva (UFPE)	Luiz Carlos dos Santos (IHGAN)
Hélio de Sousa Ramos Filho (UFPB)	Maria de Lourdes Lopo Ramos (UEPB)
Hilmaria Xavier Ribeiro (NUPEHL)	Maria Ida Steinmuller (IHCG)
Iordani Queiroz Gomes (NUPEHL)	Thomas Bruno Oliveira (IHGP)
João Pereira Silva Neto (IHLS)	Thuka Kércia Morais de Lima (MDCG)
José de Sousa Pequeno Filho (IHSB)	Vanderlei de Brito (IHCG)
Juvandi Dos Santos Silva (UEPB)	Vicentina Ramires (UFRPE)

Conselho Científico

Designer gráfico	Emerson M. Alves Silva
Capista	George Tenório Pinto
Revisão linguística	Vanuza de Oliveira Barbosa
Normalização técnica	Wellington Figueiredo



Edições Nativa

2021

Juvandi de Sousa Santos | Jardiel de Silva Sátiro

**A Coluna
Prestes:
A Paraíba Armada**

Nativa 

Edições Nativa

2021



Copyright 2021 – Autores
ISBN 978-65-994599-1-7

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

**É proibida a reprodução total ou parcial,
de qualquer forma ou por qualquer meio.
A violação dos direitos autorais (Lei no
9.610/1998) é crime estabelecido no artigo
184 do Código Penal.**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Santos, Juvandi De Souza
A Parahyba armada [livro eletrônico] : a Coluna
Prestes na Paraíba / Juvandi De Souza Santos, Jardiel
Da Silva Sátiro. -- 2. ed. -- Campina Grande, PB :
Nativa Edições, 2021.
ePub

ISBN 978-65-994599-1-7

1. Brasil - História - Coluna Prestes, 1924-1927
2. Coluna Prestes - Planço (PB) 3. História da
Paraíba - Coluna Prestes I. Sátiro, Jardiel Da Silva.
II. Título.

21-62645

CDD-981.0581

Índices para catálogo sistemático:

1. Coluna Prestes, 1924-1927 : Brasil : História
981.0581

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Edições Nativa

2021

“As representações coletivas são o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo. Para criá-las, uma multidão de espíritos diversos associou, misturou, combinou suas ideias e seus sentimentos; longas séries de gerações nelas acumularam sua experiência e seu saber”.

(DURKHEIM)

AGRADECIMENTOS

À Polícia Militar do estado da Paraíba
À Arquidiocese do estado da Paraíba
Ao Jornal “A União”.

Nosso muito obrigado por terem abertos seus arquivos e nos proporcionados o acesso a documentos importantes, valiosos para o desenvolvimento do nosso trabalho.

SUMÁRIO

Prefácio – Pela memória das vítimas	10
Apresentação	16
Introdução	18

CAPÍTULO I

1. A SIMBÓLICA DIVINA SÓCIO-POLÍTICO DAS OLIGARQUIAS	22
1.1 Origem e estrutura do coronelismo	
1.2 A crise política nos anos 20	
1.2.1. Um bom negócio para as oligarquias: o federalismo	
1.2.2. O Exército e a oligarquia	
1.2.3. Intervenções nos Estados: A República envelhece	
1.3 A Couraça do patrimonialismo	
1.4 A belle-époque: as transformações urbanas da República Velha	
1.5 O Tenentismo: origens e características	
1.5.1. A aversão às oligarquias e por uma nova ordem	
1.5.2. O levante do Forte de Copacabana (1922)	
1.5.3. Por que os jovens oficiais assumiram a revolução?	

CAPÍTULO II

2 A COLUNA PRESTES	63
2.1. A Coluna Paulista	
2.2. A divisão Rio Grande	
2.3. Um significado à Coluna	
2.4. A grande marcha pelo Brasil – O Nordeste coronelista resiste	
2.5. A repressão do Governo Federal	

CAPÍTULO III

3 A COLUNA PRESTES NA PARAÍBA	86
3.1. A Parahyba armada: o discurso oficial	
3.2. Pígemeus em números, gigantes no ideal: a revolta de Cruz das Armas	

- 3.3. Sangue no interior paraibano
- 3.4. O discurso legalista sobre “os mártires de Piancó”
- 3.5. Notícias da imprensa sobre a ofensiva militar pela legalidade e a ordem

Considerações Finais.....	133
Referências Bibliográficas	138
Anexos	144

PREFÁCIO

Pela memória das vítimas

Fui uma das leitoras que mais torceu pela reedição do livro sobre a presença da Coluna Miguel Lemos – Prestes na Paraíba. E começo esta minha tarefa dando o devido nome ao levante militar que atravessou o país com a intenção de salvá-lo do poder oligárquico e seus desmandos, na luta contra o exercício desonesto de alguns que, para mitificar um, faz esquecer outro, mesmo que ambos tenham assumido a mesma luta, os mesmos riscos, a mesma bravura e até a mesma bestialidade.

A república brasileira já começou pouco democrática, com o golpe aplicado pelos militares no imperador, tomando-lhe o trono e lançando-o no exílio. Em pouco mais de vinte anos, os mesmos militares, embora em sua maioria os de menor patente, articularam-se em movimentos armados, como salvadores da pátria. Assim nasceram os movimentos dos tenentes, no Rio de Janeiro, São Paulo ou nos confins do Sul do país.

Cuidadosa e gentilmente tratado pela historiografia nacional, os tenentes sobrevivem em nossos livros como guardiões da pátria, defensores da liberdade, antiautoritários, uma massa de homens

cansados do mandonismo que se estabeleceu na vida política brasileira e que massacrava a população de desvalidos, fosse nas cidades em expansão, fossem nos campos.

Fuzilados em 1922, massacrados em 1924, articularam-se para marchar pelo interior do Brasil, doutrinando as populações dos rincões mais distantes. Partiram do Rio Grande do Sul com o fito de derrubar o governo federal, minando-o em suas bases.

Pelos interiores engrossaram suas fileiras, abrindo cadeias e levando os presos consigo. Mulheres se apaixonavam pelos homens fardados, viris e destemidos, largando suas vidas e seguindo a marcha. Assaltos foram planejados, em bancos ou em fazendas, pois era preciso dinheiro, montaria e comida para alimentar os integrantes, além de renovar a munição. Tiros foram trocados e mortos foram sendo contabilizados em seu tortuoso caminho.

Em rota desconexa, a Coluna chegou aos estados do Nordeste, onde enfrentou por vários momentos o ataque dos coronéis locais. Em tempos de banditismo desenfreado, a Coluna – mais que um movimento que buscava ordem – fazia-se confundir com salteadores, usando-os para justificar seus próprios desmandos contra a população pacata do interior do país.

Em 1926, ao chegar à Paraíba, atacou por duas frentes: a mais astuta, com pouco mais de trinta homens, pretendia atacar o quartel de

Cruz das Armas, roubando-lhe o paiol depois de arrombar o Banco do Brasil e levar o conteúdo do cofre. Foram denunciados e seu plano soçobrou, ante a articulação do presidente João Suassuna, cuja atuação permitiu a prisão dos assaltantes e o abortamento do plano. A outra frente repetiria o que já haviam feitos em outras paragens: desfilar perante as populações analfabetas dos interiores, apregoando panfletos e fazendo discursos inflamados contra o governo do presidente Arthur Bernardes, como destacam Santos e Sático:

A Coluna Prestes, através de seus representantes maiores, expressava seus ideais como motivadores da luta contra o Governo. Através de manifestos fazia o povo conhecer a causa de tão impetuosa ação militar contra oligarquias, cangaços, militares e paramilitares: um governo corrupto, um regime político desmoralizado. Os libertadores pretendiam destronar o tirano Bernardes, e implantar a Lei e o Direito, libertando as massas escravizadas.

Contudo, os feitos ditos “heroicos” soçobraram nos sertões paraibanos, desvendando o íntimo dos “libertadores”.

Santos e Sático reconstroem parte da mentalidade dos primeiros integrantes da coluna. Exploram, assim, seus objetivos, dificuldades, planos e embates. Refazem as atividades da dita Coluna no território paraibano e, inovadores, revelam os dados da minuciosa pesquisa documental e bibliográfica feita nos arquivos estaduais. Os autores

ainda trazem, ao final, parte dessa documentação, disponibilizando-as aos que se interessam em prospectar os dados.

Traçam um interessante roteiro do que chamam de “peripécias” da Coluna pelo território paraibano, especialmente depois dos assassinatos cometidos em Piancó. Contra a leveza e indiferença do pós-massacre pelos revoltosos, os autores entendem que foi construída uma “narrativa” governamental para desmoralizar, em definitivo, os assassinos de um padre e seus companheiros. Consideram as poucas virtudes eclesiásticas do “padre casado” quase como uma justificativa para seus desacertos e inimizades na política local e na estadual, posto reconhecerem no Arquivo da Cúria Metropolitana a carta de suspensão da ordem, assinada pelo então bispo Dom Aduino.

Aterrorizados com a presença alienígena, antecipadamente veiculada para a população como anti governista e pautada na ilegalidade, a Paraíba viveu dias de terror nos campos, para onde fugiam os habitantes do meio urbano ao saber da chegada da tal Coluna, deixando vilas e cidades desertas, animais de estimação abandonados, atividades produtivas paradas. O medo chegava antes dos revoltosos nos termos da Paraíba, onde o leite secou nos úberes das vacas e os panos perderam as cores sob o sol em que ficaram, esquecidos nos arames das cercas, pelas pessoas que buscavam abrigo.

O morticínio de Piancó ainda é fato a ser desvendado, passados 95 anos de sua ocorrência. Não importa se Bernardes ou Suassuna manipularam as informações, ou se houve coragem em demasia para o enfrentamento da turba, que lá chegou com mais de duas mil pessoas. Não importa se o padre queria assumir o lugar da oligarquia ali dominante, embora com ele estivessem membros dessa oligarquia, a direção do primeiro tiro ou a informação maliciosamente errada. Piancó se tornou, além de uma tragédia, uma vergonha e um crime inominável para os que diziam querer “libertar o povo”. O ódio que marcou a destruição da pequena cidade, de cujo assalto só restou a igreja, revela que os intentos dos libertadores não coadunavam com o irritante heroísmo que os historiadores insistem em defender.

Eram 36 homens e uma mulher na cidade vazia, guardando o que era seu. Eram cidadãos acautelados, pouco armados, brutalmente chacinados pelos que diziam se interpor contra os exploradores do povo. A tortura e o morticínio ali perpetrados contra 36 homens, cujos cadáveres foram parcialmente incinerados, depois de degolados, são paradoxais para os dois cadáveres velados na igreja da cidade, onde os libertadores passaram a noite, com velas acesas, sem nada quebrar, ao contrário do que fizeram com casas e estabelecimentos depredados, incendiados, reduzidos a escombros.

A leitura dos testemunhos dos que viram os cadáveres trucidados e do que restou da pequena cidade faz acreditar que,

sopesando os dois lados do embate político, ambos eram iguais. Oligarcas e tenentes não tinham olhos para a população. Homens de má índole, de coração juncado pelo desprezo pela vida humana, pelo respeito ao alheio que, no solo da Paraíba, se revelaram em sua verdadeira índole.

A chamada “hecatombe” foi usada politicamente para a desmoralização final dos revoltosos, concordam os autores, que se dissolveram pelos grotões do oeste brasileiro até os rumos da fronteira. Seus seguidores os abandonaram, os amores que aumentaram significativamente os quadros do movimento findaram, o desejo de mudança medrou para muitos. Para os autores, esses combatentes retornam com força quatro anos depois, no golpe que impediu a posse de Júlio Prestes, implodindo a República dos coronéis e implementando o “seu” modelo de república, cujo auge foi a implantação do Estado Novo, em pleno aceno e piscadelas para o fascismo.

Em Piancó, restou a reconstrução do que foi destruído, desmantelado, incendiado, assim como o terror impregnado no cheiro acre do sangue apodrecido, das marcas de projeteis nas paredes, dos vidros quebrados. Restou a memória do que era e do como foi, destinada, também, a um dia se acabar.

Mas o que coube aos mortos?

De alguns sabemos os nomes, mas não conhecemos o que faziam, o que pensavam, porque – como os demais – não optaram em partir, ficando ali, escondidos, com alguma arma e talvez com alguma certeza de que nada aconteceria. Ou talvez pelo medo de serem mal compreendidos ao se afastar, covardemente. O que sabiam, o que fizeram, o que intentaram fazer? O que aconteceu com suas famílias?

A história desse triste evento precisa ser repensada a partir desses protagonistas anônimos de uma Paraíba que já os esqueceu. E, como exercício de rememoração, é que louvo a reedição desta obra, cuja leitura será o exercício inaugural de reflexão sobre uma fatia da história de nosso estado, que a muitos aparece cada vez mais esmaecida.

Luíra Freire Monteiro

Campina Grande, Outono de 2021

APRESENTAÇÃO

Muitos já escreveram sobre a Coluna Prestes, mas poucos escreveram sobre seu embate em Piancó, no interior do estado da Paraíba.

A saga do padre Aristides aparece em pelo menos meio dúzia de livros, dando-se uma grande conotação aos feitos do religioso, como se o único fato histórico relevante ocorrido na Paraíba quando da passagem dos “revolucionários” pelo interior, ficasse restrito a esse acontecimento.

Fatos marcantes rechearam aqueles sombrios dias, e nosso principal objetivo é o de realizar o resgate histórico desses fatos, fazendo-se uso, para tanto, de uma vasta documentação existente em alguns arquivos, como os da Polícia Militar do Estado e o arquivo da Arquidiocese da Paraíba. Foi a partir dessas investigações que descobrimos uma Paraíba armada contra a Coluna Prestes. Mas, por outro lado, também ocorreu tentativa de adesão, por parte de militares, ao movimento liderado por Prestes, como fora o caso da Revolta de Cruz das Armas, na capital do Estado.

A reação governamental à passagem da Coluna pelo interior da Paraíba não fora diferente do que o movimento encontrou em outros Estados da Federação, como também os revolucionários reagiram com todo o rigor, causando uma verdadeira hecatombe no sertão paraibano, o que gerou revolta contra eles e apoio aos governos de Suassuna e Artur Bernardes.

As velhas oligarquias que comandavam o Estado saíram mais fortalecidas, mas por pouco tempo, pois anos depois a Revolução de 1930, uma das metas dos Tenentes, seria concretizada com a ascensão de Vargas ao poder, e o suposto “fim” das velhas oligarquias.

A propósito, teve fim o poder oligárquico na Paraíba? O que mudou com a passagem da Coluna Prestes pela Paraíba?

Mas essa é uma outra história.

Boa leitura.

INTRODUÇÃO

A história-acontecimento é a história do homem e da mulher, considerados como seres sociais, vivendo em sociedade. É a história do processo de transformação das sociedades humanas. São os homens que produzem a história e, com certeza, dentro de condições reais estabelecidas e não das que sonhamos.

A década de 1920 no Brasil traz em seu bojo uma estrutura de transformações que conduziriam o país a um questionamento político-

social. Reformas no âmbito intelectual, como a Semana de Arte Moderna, o Movimento Tenentista e o Levante do Forte de Copacabana, indicam este caminho de mudanças irrestritas para uma nova sociedade civil.

O trabalho que ora apresentamos, além de tratar sobre os ideais da Coluna Prestes, como restaurar as instituições republicanas, indica a direção que o movimento apontava. Num contexto em que as oligarquias eram os pilares da hegemonia e dominação, os tenentes dissidentes sustentavam que elas representavam o sustentáculo da feudalização regional, fragmentando o Brasil em setores de influências particulares, ditando o destino das pessoas. Neste diapasão, o movimento tenentista propõe a libertação do coronelismo sacramentado no Nordeste brasileiro.

Sinais de mudanças são evidentes em diversos setores, quando alguns intelectuais e artistas fazem de uma semana, o espaço da conscientização e de denúncia a um país tido como republicano, mas ainda agrário e culturalmente colonial. O clima era de efervescência política e de insatisfação generalizada; assim, os tenentes assumem a vanguarda da oposição contra a corrupção republicana sustentada pelas oligarquias. Vale ressaltar, conforme veremos ao longo destas páginas, que não é fácil resistir a uma estrutura tão forte quanto o coronelismo, pois este se nutre de todos os artifícios legais e ilegais, republicanos e não republicanos, haja vista que esse movimento se compactua com os ditames do poder vigente.

Os tenentes tomam o caminho da confrontação armada, desmistificando a passividade brasileira. Eles mostram que em todo poder há um contra-poder. O espírito revolucionário avassala o território das belezas naturais. A classe que enriqueceu da escravidão e do trabalho sofrido dos excluídos se depara com um grupo de oficiais não resignados.

A Coluna Prestes, com seu caráter militarista, percorreu os sertões nordestinos e vislumbra os efeitos opressores do pacto selado entre o mandonismo local e o governo ilegítimo que tanto condenavam.

Nas vilas e cidades por onde os revoltosos (assim denominados) passavam, eram ora apoiados por temer ou concordar com a oposição ao governo, ora eram hostilmente recebidos por estarem convencidos de se tratar de um grupo de desordeiros e assassinos. O Exército, composto por segmentos da elite civil, não participou dos planos revolucionários da Coluna, para a tranquilidade do governo, mas penso que este não foi seu trunfo. A jogada de mestre do presidente Artur Bernardes foi a propaganda oficial, onde o povo ficou convencido de que os revolucionários atentavam contra a nação, destruindo, saqueando, causando o caos por onde passavam. Nesse sentido, o país se arma contra os revolucionários e, em especial, a Paraíba.

A Paraíba se depara com notícias vinculadas nos jornais que a Coluna se aproximava, entrando em cena o meio mais eficaz do governo Suassuna e Artur Bernardes: o discurso. Mesmo com adesões e/ou simpatizantes à revolta de Cruz das Armas, este discurso não

sensibilizou os paraibanos à luta para a restauração das instituições. O fato de haver uma revolta armada na capital fez com que o Estado se mobilizasse, principalmente o sertão, para uma grande ofensiva.

Nas páginas seguintes, apreciaremos o clima político com o qual a Coluna estava para se envolver. E no plano das interpretações, veremos as diversas visões que encontramos ao longo deste trabalho, como do paraibano Dr. Moreira Lima (secretário da Coluna Prestes), do padre Manuel Otaviano e de Anita Leocádia, acerca da marcha em si e da hecatombe em Piancó. Vindo de um contexto muito mais complexo, os revolucionários se deparam com o confronto de duas oligarquias em Piancó, cujo chefe político, o padre Aristides, pretendia, com a expulsão dos revoltosos, o *status quo* político-administrativo do então governador João Suassuna em detrimento da rival família Leite.

O massacre ocorrido em Piancó foi o meio encontrado pela propaganda oficial de desabonar de uma vez por todas o que havia de legal e honroso na marcha de Carlos Prestes, o que é constatado pelos jornais da época e por documentos da Polícia Militar.

A Coluna Prestes, na Paraíba, cumpria sua jornada incômoda e perigosa, que poderia ser esmagada pelas forças legalistas. No entanto, fica claro que por roupagens diversas, as oligarquias – latifundiárias, religiosas, jornalísticas, militares, comerciais – conseguem a vitória, mas de maneira parcial, pois ainda existem as forças democráticas e populares agindo pelo Brasil. Serão essas forças que farão desencadear a “Revolução de 1930”.

CAPÍTULO I

A SIMBÓLICA DIVINA SOCIOPOLÍTICA DAS OLIGARQUIAS

1.1 Origem e estrutura do coronelismo

O coronelismo tem sido compreendido como uma forma específica de poder político local, que emergiu na Primeira República (1889-1930), cujas origens remontam ao Brasil Império, haja vista a condição de feudos políticos em que os municípios se encontravam. Esta órbita do mandonismo tinha raízes tão profundas que surpreenderam os republicanos, que as julgavam extintas com o novo processo eletivo advindo da República, pois a Constituição de 1891 outorgava o direito de voto a todo cidadão brasileiro ou naturalizado que fosse alfabetizado. Assim, pareciam aniquiladas as antigas barreiras econômicas e políticas, podendo o povo escolher livremente seus

representantes, tendo em vista que no Império havia uma série de exigências de idade e de fortuna para que o indivíduo fosse considerado apto para o pleito, o chamado voto censitário; e a qualificação era através de “mesas” compostas de pessoas influentes que tinham autoridade para eliminar quem desejassem (QUEIROZ, 1969, p. 61). É neste sentido que o contexto histórico, principalmente do que chamamos hoje de Nordeste, o coronelismo foi envolto numa roupagem praticamente divina, na qual o coronel era investido do atributo de “homem absoluto e poderoso”.

Ao relacionar Verdade e Poder, Michel Foucault defende que,

A verdade não existe fora do poder ou sem poder...A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade; isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros (FOUCAULT, 1984, p. 10).

Na relação do discurso com o poder, as oligarquias criavam uma órbita tão nefasta de imposição e submissão que era acolhida pelos mais pobres e dependentes como um dogma religioso, isto é, inquestionável e crível.

Mesmo evoluindo estruturalmente, o Brasil Republicano fez florescer uma massa de cidadãos que dessem continuidade à subserviência de mandões políticos locais e regionais, mantendo-os no

poder para as Câmaras, as presidências dos Estados, para o Senado, além de seus parentes, aliados e protegidos. Ontem e hoje ecoa o mesmo sentimento: esta não é a República que queremos.

De onde se origina este título marcial, belicoso, do coronel? Havia se originado dos títulos da Guarda Nacional, criada pouco depois da Independência do Brasil, pelo Ministro da Justiça e agente repressor das agitações, Pe. Diogo Antônio Feijó, no ano de 1831, sendo essa instituição composta por cidadãos, isto é, por aqueles que possuíam a renda mínima estipulada pela Constituição de 1824 para ser eleitor. A Guarda Nacional tinha como missões principais: resguardar a Constituição; auxiliar na manutenção da ordem reprimindo revoltas; promover o policiamento local e regional; e o mais importante, assegurar a paz dos latifúndios. Quem fosse livre no país podia ingressar nos escalões da Guarda Nacional; os chefes locais com mais prestígios recebiam, assim, a patente de “coronel”, e em seguida os não tão importantes recebiam os postos de major e capitão (QUEIROZ, 1969, p. 61).

O coronel era um grande fazendeiro que recebia sua patente do governo, podendo recrutar e armar homens entre 21 e 60 anos para reprimir revoltas locais e, caso necessário fosse, ajudar na repressão de revoltas provinciais.

Quando a Guarda Nacional foi extinta com a Proclamação da República, o título de “coronel” persistiu tão forte a ponto de ser outorgado pela população. O embrião do futuro coronelismo se

encontra na Guarda Nacional, que teve como ventre a estrutura do latifúndio desde a nossa colonização e um ambiente favorável para seu desenvolvimento, ironicamente, na República:

Desde a colônia os coronéis dominaram as terras, desde o império comandam a política. A República é uma ampliação de seu domínio, pois a quebra do Poder Moderador permite que eles próprios escolham seus representantes em todos os graus (CARONE, 1970, p. 76).

Um coronel importante constituía uma espécie de elemento sócio-econômico polarizador influenciando o universo humano, religioso e político do indivíduo. “Quem é você?”. “Sou gente do coronel Fulano”. “Gente”, ou seja, não se trata da mesma estirpe do coronel. Ele é como o grande patriarca, o protetor, o padrinho, o chefe religioso, o Juiz, o professor. Lendo este fragmento de Carone, sentimos que os coronéis exerceram uma força tão grandiosa, justificando o seu poder por uma ação prática e por uma catequese de obediência coroada com a submissão. Caso houvesse uma tentativa de antipoder frente ao poder legitimado, o indivíduo era anulado socialmente e expulso das terras do coronel, espancado ou marcado pelo chefe político local, que quase sempre não lhe dava alternativa se não a de entrar num bando de cangaceiro para sobreviver ou seguir um grupo de fanáticos religiosos, como bem demonstrou Glauber Rocha (1954) em “Deus e o diabo na terra do sol”.

Para o francês Blondel, que analisou a vida política na Paraíba nos anos de 1950 a 1960, o “coronel” se definia pelo poder político:

Quando o domínio sobre o qual o protetor atua é muito extenso e reúne grande número de eleitores, dá-se a este o nome de coronel, porque outrora ele era com frequência coronel da Guarda Nacional. O coronelismo é então a forma tomada por essa proteção (BLONDEL, 1957, p. 59).

Assim, o poder político é medido através do número de votos, com a ajuda dos cabos-eleitorais, figuras indispensáveis que ligam o coronel à massa eleitora de sua região de domínio. O coronel domina também pessoas que influenciam o povo; é a dominação “colegial”. Neste caso, postos locais como médicos, padres, juízes, tabeliães, deputados e professores são parentes, amigos ou devedores de favores. Nota Blondel (op. cit. p. 62) que muitas vezes “os pequenos chefes políticos adquirem uma verdadeira liberdade de escolha e podem exercer pressão sobre a família dominante”.

Ao analisar a estrutura de poder, Blondel identificou que quando há apenas uma família disputando o poder, o mandonismo é absoluto, e quando há duas famílias na disputa, a agressividade política é intensa, podendo haver choques entre os membros das famílias que podem causar até a morte de pessoas ligadas de forma direta ou indireta as famílias envolvidas.

Herança e casamento em geral se apresentam unidos na preservação das fortunas e do mandonismo local. A herança foi um meio “natural” de preservar o status e o poder, utilizados por grupos contra outros. O casamento tem duas vertentes: a primeira, no interior da própria parentela – tios com sobrinhas, primos com primas; a segunda, fora da parentela, dando como resultado a aliança de dois grupos poderosos (ANDRADE, 1963, p. 49).

Ao lado do coronel legalmente sagrado pela Instituição Militar prosperou o “coronel tradicional”, também chefe político e senhor de todos os meios que salvaguardem o estilo de vida para sua posição. Este conceito entrou na vida das pessoas, principalmente no que hoje é o Nordeste, na vida rural pela dependência e urbana pelo aparelho burocrático do Estado e Município. Homem rico e esnobando vaidade, o coronel antes de tudo é um líder econômico, pois é preciso ser senhor do dinheiro para ser o senhor da política, e este mantém aquele.

Esta estrutura de poder começa a ser açoitada com o advento de transformações de cunho moral, econômico, político, social, religioso, e por que não, de mentalidade com a crise da República Velha, e principalmente com a década de 1920, onde as oligarquias são abaladas. Novos tempos emergem trazendo um desconforto para as velhas oligarquias que vão ficando desprestigiadas. Grupos sociais como a camada média urbana e movimentos que funcionaram como mediadores dos novos ares morais e sociais, como o messianismo de Canudos, arraial do sertão baiano narrado por Euclides da Cunha no seu

livro “Os Sertões” de 1940, distanciam a compreensão de um movimento de conspiração monárquica e faz uma leitura de um movimento pré-político perante a opressão e a miséria; e o caso do Contestado (entre o Paraná e Santa Catarina). Estes e outros movimentos conseguiram questionar e desestabilizar a ordem dos coronéis, preparando socialmente o povo para posições políticas até então inexistentes ao homem do campo.

Com a República o sistema de oligarquias é consolidado, e ao mesmo tempo começa a arruinar-se, pois o monopolismo político descontentava a todos. As massas populares estavam como alijadas de qualquer participação nos destinos do país. Ninguém suportava mais a República dos Coronéis (República Velha) e sua política do café-com-leite (duas oligarquias do país decidiam o cenário político-presidencial: Minas Gerais – produtora do gado leiteiro, e São Paulo – plantadora principalmente de café). A disputa ocorre com a “campanha do civilismo”, quando os estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul indicam o militar Hermes da Fonseca contra a candidatura de Ruy Barbosa apoiada por São Paulo e Bahia. A República Velha foi praticamente um regime civil. Mas com a presença de um militar na presidência (Hermes da Fonseca), o Exército Brasileiro entra no teatro político e se iniciam as intervenções nos Estados para derrubar as oligarquias do Nordeste pró-Ruy Barbosa. Estas intervenções, chamadas “salvações”, estavam a serviço das oligarquias situacionistas

contra as dissidentes. Os militares no âmbito político fomentarão no futuro um movimento de Tenentes e uma suposta Revolução.

1.2 A crise política nos anos de 1920

1.2.1. Um bom negócio para as oligarquias: o federalismo

No Segundo Império, o Vale do Rio Paraíba, que compreendia as províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, foi a base de sustentação econômica do Império Brasileiro no século XIX. Com a decadência da produção cafeeira nestas províncias, a oligarquia cafeeira do Oeste paulista, também prósperos produtores, desejava mais autonomia tributária, visto que os impostos recolhidos pelo Governo Imperial eram altos. Mas faltava o meio legal e o apoio necessário. Para tanto,

A República era principalmente o instrumento jurídico para se conseguir tal fim. Os militares desejavam maior chance de ascensão social e vieram a ser o braço armado na implantação do regime republicano... Implantada a República, clero e latifúndio tradicional omitiram-se. Exército e cafeicultores viram, naquele momento, abrirem-se novas oportunidades (LOPEZ, 1983, pp. 22-23).

Sabendo que a tão almejada autonomia nos Estados viria através da República, a oligarquia cafeeira do Oeste paulista tomou o federalismo como principal bandeira de luta e reivindicação, pois a

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891) apresentava uma lacuna, de certa forma, para a ação dos oligárquicos. O artigo 6º da Constituição do Brasil de 1891 traz o seguinte:

Art. 6º. O governo federal não poderá intervir em negócios peculiares aos Estados salvo:

1. Para repelir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro;

2. Para manter a forma republicana federativa;

3. Para restabelecer a ordem e a tranqüilidade nos Estados, à requisição dos respectivos governos;

4. Para assegurar a execução das leis e sentenças federais

(BARCELOS, 1993, p.323).

Por essa razão, os cafeicultores apoiaram os militares e proclamaram a República no dia 15 de novembro de 1889, sem o incômodo poder Moderador. Os dois primeiros governantes da República foram militares, a saber: Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, que se caracterizaram por uma instabilidade política. No entanto, Deodoro com uma tendência autoritária, entra em querela violenta com o Congresso, chegando a declarar o estado-de-sítio. A ditadura do Marechal desperta forte reação, e para que o conflito não fosse armado, renuncia em favor do vice-presidente e também Marechal de Guerra, Floriano Peixoto. O Congresso foi restabelecido e suspenso o estado-de-sítio. Nos Estados, derrubou os governadores fiéis a Deodoro, substituindo-os por membros das oligarquias locais ou

oficiais florianistas. O curto e violento governo de Floriano, cognominado “Marechal de Ferro” pela forma enérgica de resolver conflitos e reações contrárias ao regime republicano (Revolução Federalista do Rio Grande do Sul, ocorrida em (1893) e Revolta da Armada, ocorrida em (1893), ambas em oposição a Floriano).

Ao final do primeiro quadriênio republicano, quando todos esperavam a continuidade da ditadura florianista, defendida, aliás, pela corrente republicana mais radical, denominada “jacobinista republicano”¹. Floriano convocou eleições, saindo-se vitorioso o candidato do Partido Republicano Paulista (PRP), Prudente de Moraes. No governo da República da Espada (Deodoro e Floriano), as oligarquias paulistas puderam tranquilamente concretizar seus planos. A partir daí uma nova fase republicana é conhecida: “A República das Oligarquias”, marcada pelo predomínio do setor cafeeiro. Mas o maior produtor de leite e carne (o estado de Minas Gerais) queria participar das decisões da Federação. Sendo o Estado mais populoso da União, as oligarquias de Minas Gerais não pretendiam ficar à margem da política econômica do país. Sendo assim, o presidente paulista Campos Sales (1898-1902) instituiu a famosa “política dos governadores”, uma aliança fundamentada na aceitação da hegemonia paulistana no âmbito nacional em troca do reconhecimento da autonomia das oligarquias no âmbito regional. Esta política significou uma fidelidade das bancadas

¹ Grupo popular democrata radical, em geral antigoverno, que passou a sustentar nas ruas a ação do Presidente.

no Congresso Nacional, os governadores dos Estados davam apoio ao presidente da República, e este ratificava os resultados fraudulentos dos pleitos eleitorais, prática esta fortificada pelos “coronéis”.

A política do governo na “República das Oligarquias” foi voltada para o favorecimento da cafeicultura paulista, que contribuiu para agravar o problema da crescente superprodução do café. Não tendo a quem mais vender, os produtores vendiam ao governo o excedente, mantendo os seus lucros:

Entre 1880 e 1902, o número de cafeeiros em produção no Estado de São Paulo passou de 105 milhões a 685 milhões, com um aumento de 577 milhões de pés de café, ou seja, um acréscimo de 550%. Esta é, portanto, uma fase em que a cafeicultura paulista, apesar do auge de sua prosperidade, forneceu capitais à indústria em escala moderada.... Contudo, ao iniciar-se o século XX, caem às cotações internacionais do café e o volume das safras paulistas configura uma situação de perigo de super-produção. A solução encontrada consistiu no plano de valorização adotado pelos Estados cafeeiros no Convênio de Taubaté, em 1906 (GORENDER, 2004, pp. 34-35).

Essa política de valorização do café levou à desvalorização da moeda brasileira, o aumento dos preços dos produtos populares: o povo pagou a conta, pois uma política econômica agro-exportadora dependia das oscilações econômicas internacionais, outrossim, quando havia

momentos de crise do capitalismo mundial, o Brasil era duramente afetado. Tal processo se verifica desde a época colonial.

As sucessivas crises da alta produção cafeeira, sustentada pelos incentivos governamentais, colocou em xeque os fundamentos do poder oligárquico agrário e seu prestígio frente ao Governo Federal. Durante vários mandatos a sucessão presidencial acontecia entre Minas Gerais e São Paulo (Política café-com-leite), e São Paulo era ameaçada de perder a sua hegemonia. Com a crise econômica (no início dos anos 1920 houve uma recessão nos Estados Unidos e na Europa, provocando uma queda brusca no preço do café), aumentou a carestia, o desemprego e todo tipo de dificuldades para a população. O processo de industrialização e urbanização, em crescimento no país, havia gerado uma sociedade complexa, em que diversas forças sociais e políticas emergem com reivindicações. Não apenas as oligarquias marginalizadas pela hegemonia paulista, que visavam a participação nas decisões políticas, mas o proletariado e as camadas médias urbanas, passavam a insuflar acontecimentos políticos, ensaiando novas formas de mobilização e organização.

O sistema oligárquico de espoliação poderoso como uma divindade, implantado com a República, começa a desmoronar. Na década de 1920, o cenário político-econômico se agravaria chegando a uma proporção massificante de protestos contra a situação em que o

povo vivia, similar ao manifesto do “grito dos excluídos”². Num protesto e saque contra a fome e os abusos cometidos pelo Governo Federal em São Paulo, no ano de 1924, verifica-se o ponto de convulsão a que chegou a população, conforme a Figura 1.

Figura 1 – A revolta esquecida em São Paulo no ano de 1924.

² A ideia do Grito dos Excluídos teve início no final de 1994, com a avaliação da 2ª Semana Social Brasileira. Em parceria com numerosas entidades, movimentos, associações e organizações, o setor social da CNBB elegeu a semana da pátria para questionar a forma de independência disfarçada, que esconde uma profunda e histórica submissão ao imperialismo do capital financeiro internacional. É um manifesto das massas diante da política econômica neoliberal e, ao mesmo tempo, um espaço para a construção coletiva de alternativas. O Grito promove, nas ruas, praças e campos, o desfile dos excluídos. Estes se sentem cada vez mais à margem dos destinos da nação, seja do ponto de vista econômico e político, seja do ponto de vista sócio-cultural.



Fontes: Bertolli Filho (2003) e 1924: A Revolução esquecida de São Paulo (2021).

1.2.2 O Exército e a oligarquia

A crise política que surge na Primeira República, depois da Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918), revelou um descontentamento das Forças Armadas, e o fracasso da política do “encilhamento”³. Esta política veio a favorecer mesmo as oligarquias e menosprezar o campo e a marginalizar a massa populacional. Gorender

³ Política econômica da jovem República dirigida por Ruy Barbosa (1889), que significou uma especulação capitalista na compra e venda de ações de forma exacerbada. Isto resultou num excesso de meio circulante (moeda corrente) ocasionando um acréscimo violento no custo de vida, mas ao desvalorizar a moeda, tinha favorecido o preço do café no mercado externo, o enriquecimento dos cafeicultores no governo de Campos Sales (1898-1902).

diz que a denominação para este frenesi econômico ficou conhecida por encilhamento,

Porque assim se designava, na época, o momento, nas corridas de cavalo, em que estes estavam encilhados antes da largada e o jogo dos apostadores chegava ao frenesi. Por analogia, o termo foi aplicado aos lances dos investidores na compra e venda de ações de companhias diariamente constituídas, em escala desmedida no plano econômico, que ocasionou uma crescente insatisfação da população urbana (GORENDER, 2004, p. 27).

A renúncia de Floriano foi acolhida como uma vitória dos grandes Estados e o afastamento da cúpula militar na vida política. Contudo, os jovens militares - jacobinismo florianistas – opuseram-se em diversos governos (em 1897 contra Prudente de Moraes; em 1904 contra Rodrigues Alves). O centro de articulação política do Exército (o Clube Militar), manteve-se fechado de 1896 a 1901, e em 1909, com o apoio das oligarquias mineira e gaúcha, o Exército ressurgiu politicamente. Nesta ocasião, Hermes da Fonseca (estopim dos levantes tenentistas de 1922), sobrinho de Afonso Pena, apresentou um projeto conservador, que prezava o equilíbrio orçamentário, intocabilidade na Constituição, e ampla autonomia estatal. Esta plataforma de Hermes agradou ao Exército no plano econômico, pois uma política financeira conservadora foi sempre bem-vista pelos militares. As rebeliões tenentistas, que veremos adiante, apontaram a inflação e o desequilíbrio orçamentário como males tão graves quanto à fraude eleitoral e às

desigualdades regionais. Mas o projeto político do Marechal Hermes da Fonseca e das autonomias aos Estados era uma antiga reivindicação do Rio Grande do Sul, sobre o qual o Exército fez “vista grossa”, até porque lhe interessava mais um país centralizado.

O adversário dos militares e das oligarquias mineira e gaúcha foi apresentado por São Paulo e Bahia. O candidato, Ruy Barbosa, representava os princípios democráticos e a causa do voto secreto; como candidato federalista, surge para concretizar os anseios progressistas urbanos. Uma das metas de sua plataforma diz respeito ao fortalecimento do poder central e maior intervenção do governo nos conflitos econômicos e fiscais dos Estados, bem como a defesa do café pela União. Com isso, São Paulo não se interessava numa autonomia dos Estados, mas numa integração nacional, estando em função de um núcleo dirigente:

Foi Ruy Barbosa quem deu à campanha de 1909-1910 o tom de reação contra a intervenção do Exército na política, com ataques contra os oficiais e a contraposição da milícia estadual do Exército, como modelo militar. Embora a base política essencial de Ruy fosse a oligarquia de São Paulo, sua campanha se apresentou ideologicamente como a luta da inteligência pelas liberdades públicas, pela cultura, pelas tradições liberais, contra o Brasil inculto, oligárquico e autoritário (FAUSTO, 2004, p. 405).

O Marechal Hermes da Fonseca, ao assumir a presidência da República, não promoveu a intervenção do Exército no governo do país,

ou uma atuação autônoma. As oligarquias civis de Minas Gerais e as do Rio Grande do Sul, sob direção de Pinheiro, grupo de militares e civis intencionados a controlar o poder estatal, e uma inclinação do próprio presidente a estar subordinado às oligarquias, são basicamente as três vertentes que presidiram a nação na sua gestão constitucional. Mais uma vez as oligarquias agem dominando o cenário das decisões no território brasileiro, com civis ou militares.

1.2.3 Intervenções nos Estados: a República envelhece

Os salvacionistas eram um grupo de oficiais que faziam pressão ao presidente e pretendiam “salvar” as instituições republicanas com a derrubada de governos locais, especialmente os do Nordeste, que tinham no coronelismo suas bases. Este movimento antioligárquico originará o tenentismo. Já é tensa a situação quando Hermes da Fonseca representante e defensor dos interesses militares é lançado candidato contra Rui Barbosa. Vencendo Hermes da Fonseca, lhe é atribuída a “política das salvaçãoes”, cujo propósito era anular qualquer intervenção oligárquica que por ventura caracterizasse oposição dos Estados (São Paulo e Bahia) à atuação política do presidente pró-militar.

Para Hobbes (1952), o poder é exercido de modo original, de homem para homem, ou através de uma estrutura instrumental, com a impessoalidade derivada dessa intermediação institucionalizada. Com isso, identificamos o presidente e o governador como corporificação

dos donos da República ou do Estado, superfazendeiros que dispõem de tudo da vida e do patrimônio dos cidadãos. Assim, o homem do sertão sabe que o chefe manda e ao seu mando se conforma, sem esperança de que o quadro mude, pois o “coronel” é muito poderoso e tem influência em todas as camadas sociais.

Plenamente desenvolvida a dominação pessoal transforma aquele que sofre numa criatura doméstica, a proteção e a benevolência lhe são concedidas em troca de fidelidade e serviços. É uma dominação implantada através da lealdade, do respeito e da veneração (FRANCO, 1969, pp. 90-91).

Para Leal (1948), o coronelismo se manifesta num compromisso, uma “troca de proveitos” entre o chefe político e o governo estatal. As despesas eleitorais cabem ao coronel, que em troca recebe os cargos públicos, municipais ou estaduais sediados no município. Uma das principais doutrinas seguidas pelos coronéis é a afirmação de que o governo pode mudar, mas não o coronel, ou seja, ele está sempre na situação, permanece sempre com o governo. O coronel Manuel Inácio, do sertão pernambucano, dizia: “O governo mudou, mas eu não mudo: fico com o governo” (ALBUQUERQUE, 1957, pp. 25-26).

Lopez (2002) faz observações sobre o papel escuso e dos acordos tácitos que se processava no jogo fraudulento das eleições no Brasil. Tudo era permitido para que as mesmas oligarquias se mantivessem no poder, que variava desde o derrotado compor com o vitorioso, até os

meios considerados “legais” para não deixar um indesejável ser conduzido ao Legislativo.

Os meios ilícitos para fraudar as eleições eram os mais escusos possíveis. Bertolli Filho (2003, p. 10) chega a mencionar as práticas costumeiras nas eleições da época: voto de cabresto, o eleitor votar várias vezes, substituindo os ausentes e até os mortos etc.

O coronel fazia a política e complementava a administração pública. Rara será a fidelidade ao governo caído. Com seu poder influencia a remoção e juízes togados e promotores públicos, delegados de polícia etc., substituindo-os por pessoas da sua mais inteira confiança, se estes lhes causavam incômodo.

Neste contexto tão brasileiro e nordestino, o tufão salvacionista que pretendia a pureza das instituições republicanas encontra apoio no Nordeste para acabar com o coronelismo; a República de fato vai se tornando velha. Com as campanhas eleitorais nos Estados, os militares lançaram nomes para concorrer ao pleito com o intuito de renovação política. Como intervenção nos Estados, temos os exemplos de Pernambuco, que era dominado pela oligarquia Rosa e Silva, e foi substituída pelo General Dantas Barreto. Em Alagoas, o Coronel Clodoaldo da Fonseca, figura do Tenentismo, substitui a família Malta nas eleições. No Ceará houve um confronto armado entre as tropas sertanejas do Pe. Cícero em defesa do seu porta-voz, o médico e político Floro Bartolomeu, contra as forças “salvacionistas” que mantinham o

Coronel Rabelo como governador. A querela foi resolvida com o interventor, coronel Setembrino de Carvalho.

Frente a sacralização da pessoa do coronel, sua influência e entrave para a real democratização do país, e com a oportunidades de minar suas bases, as “salvações” tiveram como objetivo derrubar velhas oligarquias, restringindo o poder político nas áreas regionais. Estas “salvações” buscavam, pela intervenção nos Estados, principalmente a moralização dos costumes políticos e a redução dos aspectos mais chocantes das desigualdades sociais, sem pretender realizar reformas fundamentais no regime de propriedade, daí a explicação de se aliarem a setores de oposição da própria região que almejavam o mesmo poder.

Entre os anos de 1919 e 1922, o governo brasileiro viveu tempos difíceis, ou seja, a fase de transição que indicava o fim da República Velha. Epitácio Pessoa (1919-1922) assume a presidência com a morte de Rodrigues Alves e apóia as camadas urbanas sofridas com a política econômica das oligarquias exportadoras, que entravam em colapso na década de 1920. Nacionalmente a repercussão se deu através de uma série de acontecimentos. Dentre eles, temos o resgate ao “civilismo”, uma herança do Império, na qual o presidente havia nomeado civis para o Ministério da Guerra, sendo recebido com desafeto pelo Exército. Na dimensão regional, o presidente prestigiava o Pe. Aristides em Píancó (PB), haja vista que o padre político já havia enraizado sua influência na região, sendo assim um forte opositor da oligarquia local – os Leite.

Este episódio do confronto entre os Leite e o Padre deputado será apreciado mais adiante.

A classe urbana ficou profundamente insatisfeita com a política econômica do “encilhamento”. Para Forjaz, esta camada, e em especial, a classe média, apoiará os primeiros momentos do governo de Epitácio Pessoa no sentido de desmontar a velha oligarquia do país:

Dos grupos sociais excluídos dessa representatividade os que mais pressionaram por uma abertura do sistema político e constituíram oposições antioligárquicas foram exatamente aqueles mais prejudicados pela política econômica da fração oligárquica hegemônica: as camadas médias urbanas (FORJAZ, 1977, p. 19).

A partir daí, temos a ideia de que cada vez mais o poder oligárquico vai resistindo, mas tende a enfraquecer.

Emília Viotti da Costa (1999) chega a colocar que a crise pela qual passava algumas regiões do Brasil, no final do Império e início da República, quando os seus principais produtos agrícolas estavam em decadência, contribuiu para consolidar o poder das velhas oligarquias. Tal fato ainda perdurará até o final da década de 1920 quando vários fatores contribuirão para fazer desencadear o processo que culminará na “Revolução de 1930”, pondo fim ao poder das velhas oligarquias e fazendo ascender o que vários historiadores chamam de oligarquia discidentes. É o vai e vem, a alternância do poder por parte de grupos

familiares que sempre manobraram o país desde os tempos mais remotos.

1.3 A couraça do patrimonialismo

Mas eu que sempre te segui os passos/ Sei que cruz infernal prendeu-te os braços/ E o teu suspiro como foi profundo (CRUZ E SOUSA, 2003, p. 18).

De D. João VI a Getúlio Vargas, numa epopeia de quase dois séculos, passo a passo, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios e suspiros mais profundos: o capitalismo politicamente orientado – capitalismo político, da conquista e da colonização, moldou a realidade estatal, sobrevivendo e incorporando na sobrevivência o capitalismo moderno. A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados dos seus, na origem, como negócios públicos, depois em linhas que se demarcam gradualmente.

No molde comercial, a atividade econômica brasileira se deu com a lavoura de exportação, da Colônia à República, bem como a indústria, seja o manufaturismo pombalista ou o delírio do encilhamento, sempre no curso do patrimonialismo estatal. Já dizia Montesquieu que todos os Estados têm igual objetivo: manter sua integridade. Roma, por exemplo, dedicava-se ao engrandecimento territorial e político; a

Grécia dedicou-se ao esplendor de sua cultura; a Alemanha a expansão militarista.

A realidade histórica brasileira demonstrou a persistência secular da estrutura patrimonial, resistindo galhardamente. É o que denuncia a nossa herança histórica: uma sociedade patriarcal e hierarquizada, moldado nos costumes europeus, inculcando o elemento privado desde tempos remotos. E este patrimonialismo provém do modelo de exploração colonial. Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro “Visão do Paraíso” (1977), apresenta o colonizador como uma figura voltada às regalias. Desta feita, a sociedade colonial se desenvolve numa dimensão patriarcal balizada no modelo de monocultura e senhorial. Por conseguinte, o patrimonialismo tem sua gênese na organização familiar colonial, que a partir do espaço público obtinha benefícios. O poder das oligarquias no Nordeste, o mandonismo regional, tem sua razão de ser na administração colonial. Assim, essas famílias, além de denotar uma estrutura do poder local, conotam uma presença eterna dos colonizadores. Percebe-se essa visão nas obras literárias de José Lins do Rego (2002), como, por exemplo, em “Usina”, onde a busca pelo poder econômico, e, por conseguinte, o político, leva ao extremo as ações dos antigos senhores de engenho, ávidos por lucros e obstinados a engolir os pequenos engenhos transformando-se em um usineiro. Esse *status* ainda é latente no Nordeste contemporâneo.

Depois que o país havia experimentado momentos bruscos, a citar: a questão do Contestado, a crise da borracha e a Reforma do

Ensino, as velhas oligarquias que sofreram a política da “salvação” persistiam na participação do cenário político. São Paulo e Minas Gerais dão indicativos fortes de que durante o tempo em que ficaram afastados da política, estiveram se articulando. Vai ser na sucessão política de Epitácio Pessoa (1919-1922) que as oligarquias encouraçadas garantem o golpe perfeito com o mineiro Artur Bernardes. Esta manobra política patenteia a força das oligarquias e, ao mesmo tempo, uma faz despontar um forte movimento chamado Reação Republicana (Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro), que lança Nilo Peçanha como candidato à presidência, mas as oligarquias mineira e paulista levam a melhor: começa a era dos Bernardino.

1.4 A Belle-époque: as transformações urbanas na República Velha

A máquina, a eletricidade, o automóvel, o avião, as massas proletárias, as megalópoles, a aceleração progressiva e a velocidade crescente com que todas essas transformações e conquistas se abateram sobre o homem haveriam de nele determinar profundas alterações na sua maneira de perceber e se relacionar com esse novo universo e, como consequência, na forma de expressá-lo artística e politicamente. “A década de 1920 pode ser caracterizada pela erupção constante de críticas e oposições à sociedade oligárquica” (REIS, 2001, p. 117).

Antes do “tenentismo”, surge uma manifestação concreta de mudar o sistema vigente, pois,

A partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos pelo poder: podemos sempre modificar sua estrutura em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa (FOUCAULT, 1984, p. 135).

O Brasil estava precisando ser conhecido nas suas mais profundas peculiaridades. Em outras palavras, os brasis queriam mostrar os seus diversos rostos: desigualdades regionais, herança do escravismo, heterogeneidade étnica, imigração, o fardo das oligarquias postos no povo, o predomínio do patrimonialismo sobre a vida pública, personalismo nos partidos políticos, a conquista da cidadania, a nova cultura urbana.

Em 1919, o presidente do Brasil, o paraibano Epitácio Pessoa, encontrava na capital da República um verdadeiro estado de efervescência, onde acontecia de tudo um pouco. Através da expressão artística, da arte militante, em fevereiro de 1922, no último ano de mandado do presidente paraibano, um famoso festival de estilo dadaísta⁴, protagonizado no Teatro Municipal de São Paulo, que ficou

⁴ Movimento surgido entre artistas e intelectuais durante a I Guerra Mundial, como forma de repúdio ao conflito e aos valores da civilização ocidental, e que se extinguiu no início da década de 1920, quando muitos de seus adeptos passaram a integrar novas correntes da literatura e das artes plásticas.

imortalizado como a Semana de Arte Moderna. A intenção era romper com os laços acadêmicos vigentes e seus participantes tiveram a sorte de receber o apoio de Graça Aranha, que rompera com a Academia Brasileira de Letras. Na expressão de Luiz Roberto Lopez, o Modernismo foi “Uma bomba jogada alegremente contra um muro” (LOPEZ, 1983, p. 51).

A década de 1920 desencadeia um maior comprometimento por questões políticas. A revista Klaxon, a fase do primitivismo nacionalista com o “Manifesto Pau-Brasil”, de Oswald de Andrade; Tarsila do Amaral denuncia o interesse dos intelectuais nas agitações pelas mudanças políticas e sociais que terão seu clímax no “tenentismo”.

Esse caminho revolucionário havia chocado os conservadores que acolheram com agressividade (lembramos das críticas ferozes que Monteiro Lobato fez às pinturas de Anita Malfatti). Para todo efeito, a Semana de Arte Moderna veio ser uma vanguarda de renovação de forma consciente e coesa, em detrimento do anacronismo da cultura brasileira.

Os jovens intelectuais sofreram, de certa forma, a influência dos objetivos desta semana: um espírito combativo da renovação, repúdio ao paternalismo da Primeira República. Se o Modernismo atacava as concepções culturais arcaicas, o “tenentismo” combatia as estruturas sociais e políticas que estavam por trás do anacronismo cultural.

Por outro lado, para completar a efervescência do período, greves de operários estouraram no Rio de Janeiro e em outros Estados do Brasil,

mostrando uma época diferente e a força do sindicalismo, liderado pelos anarquistas e comunistas.

Só para citar importantes movimentos grevistas da época, as de 1913, 1917, 1919, 1926 e 1928, são apontadas como as mais importantes do período, pois conseguiram mobilizar a grande maioria dos trabalhadores da capital federal e de São Paulo.

1.5 O Tenentismo: origens e características

1.5.1 A aversão às oligarquias e por uma nova ordem

O movimento Modernista se processou em nível de elites – progressistas, mas elites. Escandalizou, ainda que não tenha resultado em uma hecatombe. De acordo com Coulanges (2002, p. 274) “morticínios, hecatombes pavorosas deram fim ao protesto da plebe rebelada que ousou por vezes readquirir os seus direitos”.

Os intelectuais lutaram bravamente para adquirir o direito de uma cultura genuinamente brasileira, e ao mesmo tempo renová-la, mas derramamento de sangue foi inevitável. O tenentismo desafiou o sistema de poder, que terminou provocando a repressão, violência e mortes.

Os tempos eram difíceis. A República Velha, já em estado de decadência, assistia ao seu fim. O governo de Epitácio Pessoa é marcado pelo descontentamento militar por seu civilismo. Retomando uma tradição do Império, o presidente nomeia um civil, Pandiá Calógeras, para Ministro da Guerra. Mas o ponto crítico foi uma carta publicada no “Correio da Manhã”, em outubro de 1921, de conteúdo ofensivo – episódio das cartas falsas – que foram atribuídas ao candidato legalista Artur Bernardes, desabonando o Exército Brasileiro. Aproveitando este ensejo, a oposição se alia ao Exército. Assim, o Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Belém do Pará e Manaus formaram a Reação Republicana, que apresentou o nome de Nilo Peçanha, mas o triunfo da candidatura coube a Hermes da Fonseca. Esta importante coligação eleitoral, em torno da candidatura de Nilo Peçanha, tinha o objetivo de empolgar os habitantes das grandes cidades do país, cansadas da corrupção política do campo (voto de cabresto), e dos grandes centros (governos eleitos “a bico-de-pena”). Bertolli Filho (2003), coloca que esse sistema eleitoral da época era aberto, ou seja, registrado em ata, levando os coronéis a colocarem capangas nos locais de votações para que fosse detectado, depois, ao ler a ata, em quem seus eleitores tinham votado, acontecendo quase sempre represálias aos “traidores do coronel”, acabava por favorecer um pequeno número de coronéis, contribuindo, dessa forma, para que se perpetuasse o poder de mandonismo local.

Foi precisamente entre a eleição e posse de Artur Bernardes, “inimigo do Exército”, que se deu o primeiro ato tenentista: a frustrada tentativa de golpe de 5 de julho de 1922, no Distrito Federal (Rio de Janeiro) e em Mato Grosso. Mas poucos foram os políticos da Reação Republicana que apoiaram com veemência os rebeldes militares. O Exército desejava para si um papel político especial, e este era ser o árbitro e salvaguardar o regime republicano e da própria sociedade, ou seja, ser o expoente por excelência de renovação:

Esse elemento do ideário tenentista é derivado especialmente dos militares republicanos radicais da década 1890-1900, os “florianistas” que atribuíam ao Exército a própria implantação da República. Os tenentes rebeldes a partir de 1922. Também diziam, lutar contra os políticos que “corrompiam” as instituições republicanas e ainda “insultavam” seus guardiões, os militares (DRUMMOND, 1985, p. 13)

Nenhum dos oficiais do alto escalão do Exército deram apoio aos tenentes rebeldes na sua campanha contra o poder político civil oligárquico, e até mesmo muitos capitães e tenentes jovens ficaram apáticos. O tenentismo sempre teve presente o ideário da excepcionalidade institucional do Exército Brasileiro. Sodré (1965, pp. 213-214) argumenta que:

Enquanto as forças regionais estaduais, privadas caracterizavam, assim, a tradição oligárquica, o poder do latifúndio, a força do atraso, o sentido conformista limitado regional, o tenentismo começa a representar

a renovação, o impulso burguês, a força do avanço, o sentido do inconformista, amplo e nacional.

Mas os tenentes se viram sem apoio e tentaram inutilmente a participação de generais e coronéis, pois “os tenentes valorizavam mais as adesões improváveis de colegas militares do que a participação certa de simpatizantes militares” (DRUMMOND, 1985, p. 14).

É com este corporativismo militar que a Coluna Prestes experimenta o militarismo dos tenentes como “patrocinadores dos direitos do povo”. O caráter político não se deve negar, mas é essencial não esquecer o militarismo dos militares.

No ano de 1919 chega ao Brasil o que foi chamado de “Missão Militar Francesa”, com o intuito de aperfeiçoar os oficiais e a instituição militar. Esta missão atuou até o ano de 1939. Todavia, para Drummond (op. cit.), não há evidência de esta Missão ter influenciado o tenentismo, porque a “guerra de movimento” da Coluna Prestes contradizia as orientações militares da Missão Francesa. O ambiente da Escola Militar do Realengo é o mais citado como espaço propício ao surgimento do Tenentismo. Esta escola militar, criada em 1913, era isolada na zona rural do Distrito Federal, e tinha um currículo terminantemente profissional e apolítico (diferente da antiga Escola da Praia Vermelha, que se caracterizava pela influência positivista, destinando-se a formar o soldado cidadão; a Escola do Realengo tratou de profissionalizar o Exército, insistindo no ensino técnico e no afastamento da política). O efeito não foi o esperado, pois em 5 de julho de 1922, os cadetes se

rebelaram com uma consciência política acima dos superiores e da própria instituição. A defesa de um papel especial do Exército no panorama nacional foi o dado mais importante e difusor do movimento tenentista.

O Rio Grande do Sul (1923) e São Paulo (1924) adotaram os princípios e os focos mais condensados do tenentismo. Juarez Távora, Miguel Costa, Siqueira Campos, Cordeiro de Farias e Luis Carlos Prestes estiveram sempre à frente do movimento, que resultou numa marcha pelo Brasil: a Coluna Prestes.

1.5.2 O levante do Forte de Copacabana (1922)

Alguns elementos já foram explicitados, mas é sempre bom insistir para melhor compreender. A aversão dos militares ao governo do então eleito Bernardes é fomentada pelo jornal Correio da Manhã, que publicou uma suposta carta assinada pelo presidente eleito (03/06/1921). A carta evidenciava as lastimáveis condições em que o Exército se encontrava, ou seja, totalmente indisciplinado. Maria Cecília Spina Forjaz, no seu livro ‘Tenentismo e Política’, fala em uma reforma através da qual fosse removido para bem longe os generais anarquizadores. É bom salientar que o presidente não assumiu a autoria da Carta, e esse episódio ficou conhecido como o episódio das “Cartas Falsas”. Sobre esta “carta bomba”, diz-nos Drummond:

A coligação oposicionista, a Reação República, tentava vencer a hegemonia de Minas Gerais, São Paulo e a maioria dos Estados. Ela estimulou a formação de uma oposição militar a Bernardes com a falsificação (mais tarde comprovada) e publicação de documentos com sua assinatura ofensivos a alguns chefes militares, mas Bernardes venceu a eleição de março de 1922, frustrando seus opositores fardados (DRUMMOND, 1985, p. 12).

Decorrente da propaganda deste episódio, que maculara a imagem dos militares, estes, numa investida armada, tentaram impedir a posse de Artur Bernardes, no conhecido levante dos 18 do Forte de Copacabana. Cavalcanti diz que o levante foi uma “expressão que nomeia a atitude de alguns jovens militares que encamparam uma luta simbolizando a desarticulação de interesses dentro do próprio Exército e mesmo a indiferença com a política naquele momento” (CAVALCANTI, 2004, p. 49).

Mesmo sendo uma obra cronologicamente posterior ao movimento do Forte, ela expressa o espírito da intenção quando Távora fala sobre o governo Bernardino:

É uma leviandade afirmar que em tal hipótese, cabe ao povo e não à Força Armada derrubar o governo que o tiraniza. A massa da nação dificilmente poderá vencer, sozinha, a guarda pretoriana que defende déspotas (TÀVORA, 1927, p. 89).

A frustrada investida dos 18 do Forte legou aos Tenentes uma melhor organização, e ao mesmo tempo, deixou marcada na nossa

historiografia um verdadeiro déspota: o único presidente civil que governou em estado de sítio: Artur Bernardes.

A consciência militar era clara e legal, pois o artigo 14 da Constituição de 1891 determina: “o Exército será a vanguarda da nação”. É neste diapasão que Juarez Távora defendeu a participação do Exército, pois “quando os governos mutilam a lei e desrespeitam a Constituição, a Força Armada coloca-se ao lado do povo, ainda que seja mister destruir, provisoriamente, o poder constituído” (op. cit. p. 89).

Dentre os motivos para o levante armado, consideramos como clímax o desagravo ao marechal Hermes da Fonseca, ex-presidente da República e líder da oposição militar a Artur Bernardes, quando foi detido e recolhido ao cárcere. Um outro consecutivo diz respeito ao fechamento do Clube Militar por ordem expressa do presidente Epiácio Pessoa, baseada na nova lei de repressão ao anarquismo. Para Epiácio Pessoa, o Exército não era a nação, “nem é tutor da nação... é apenas um aparelho de defesa das instituições e da integridade moral e material da nação” (PESSOA, 1925, p. 517).

Mas o que realmente aconteceu no dia 6 de julho de 1922?

O estopim do levante teria sido a prisão do Marechal Hermes da Fonseca e a suspensão do Clube Militar que se deu a 2 de julho de 1922, com base na lei de repressão ao anarquismo.

Nos quartéis, falava-se que a tropa iria sair.

O Capitão Euclides, os Tenentes Eduardo Gomes, Siqueira campos e Celso Mendes marcam a revolta para o dia 5 de julho.

Entretanto, ninguém adere ao movimento que seria deflagrado a partir do Forte de Copacabana, o que passa a existir é a sufocação do movimento. Cerca de 10 mil legalistas após breves lutas sufocam os levantes na Vila Militar e da Escola do Realengo.

O Forte de Copacabana se prepara para o combate: minas são instaladas, cavam-se trincheiras e chega-se a bombardear o Palácio do Catete e alguns navios legalistas.

A reação contra os cediados no forte vem logo em seguida: bombardeio, inclusive por aviões.

No dia 6 de julho, Euclides (filho de Marechal Hermes da Fonseca), permite que 272 oficiais e praças que não querem combater deixem o forte. Fica apenas 29 militares. O Capitão Euclides deixa o forte para negociar e acaba sendo preso. Calcula-se que cerca de 3 mil soldados legalistas ocupam a região próxima ao forte.

Os rebeldes decidem lutar até a morte. Siqueira Campos no celebre episódio da bandeira, corta uma bandeira do Brasil em 29 pedaços, uma para cada insurreto (inclusive o Capitão Euclides). Os rebeldes deixam o forte e marcham pela avenida Atlântica, ainda em construção. Alguns rebeldes desistem e o engenheiro civil Otávio Correia se junta aos rebeldes do Forte de Copacabana.

Na foto do jornal “O Malho” fixa a versão dos 18 do Forte, mas apenas 10 enfrentaram a tropa legalista. O combate dura cerca de uma hora com a resistência dos rebeldes até o fim. Apenas 2 daqueles 10 que lutaram sobrevivem: Siqueira Campos e Eduardo Gomes.

Os 29 rebeldes da bandeira eram compostos de: 5 civis, 1 Capitão, 4 Tenentes, 16 Soldados, 1 cabo e 2 sargentos, conforme dados do Atlas Histórico Brasil 500 anos (1998).

Para José Augusto Drummond (1985, p. 19), “o confronto rendeu um impacto emocional, fazendo despertar a coragem e o idealismo nos militares”.

Os jovens rebeldes do Forte de Copacabana desafiaram a força legalista, muito mais equipada e com maior contingente. Mas o ideal não levou a uma equiparação estratégico-militar frente ao combate. Muitas unidades militares que deveriam participar do levante se acovardaram. Sobre o descumprimento das unidades a intransigência governamental em não negociar e a ávida impetuosidade de enfrentar a repressão legalista, na tentativa de restaurar as instituições republicanas, nos fala a filha de Carlos Prestes:

A única unidade militar que efetivamente se rebelou no dia marcado foi o Forte de Copacabana, situado numa das extremidades da famosa praia carioca. Após mais de 24 horas de hostilidades abertas entre os rebeldes e as tropas do governo, o comandante do forte, Capitão Euclides Hermes da Fonseca, deixou a fortaleza, autorizado por seus companheiros, para buscar um entendimento com as autoridades. Mas o presidente Epitácio Pessoa não aceitou negociar com os militares revoltados de armas na mão. Mandou prender o capitão Euclides, que, por telefone, comunicou ao tenente Antônio de Siqueira Campos que ficara à frente dos rebeldes, a exigência

governista de rendição incondicional. Siqueira Campos desligou violentamente o telefone e, diante do intenso bombardeio ao Forte de Copacabana, atacado simultaneamente por terra, mar e ar, reuniu os companheiros. Relatou-lhe a situação e proclamou: “Quem quiser, pó ir embora; os restantes, resistiremos!” Ao todo, ficaram dezoito (embora hoje não se tenha certeza da exatidão desse número). A bandeira nacional foi retirada do mastro daquela fortaleza, dividida em dezoito pedaços e repartida entre os últimos defensores da cidadela rebelde, antes de abandonarem (PRESTES, 1995, p. 65).

Duas semanas depois em que a praia de Copacabana fora manchada pelo sangue dos jovens rebeldes, o jornal oposicionista “Correio da Manhã” publicou um poema denominado “Os Dezoito do Forte”, que gerou comoção para quem leu e censura drástica a este órgão de comunicação. O poema foi escrito por um gaúcho chamado Scharffenberg de Quadros. Temos à disposição alguns versos que extraímos da obra de Prestes (op. cit. pp. 8-9):

Eles eram tão moços! E lá fora,
O mundo, a vida, tanta ilusão!
Que anseios de viver, de se ir embora,
Cada um não sufocou no coração!

Por que enfim esse gesto? Essa vergonha
Da derrota final?
Ah, brava mocidade que ainda sonha
E morre pelo Ideal!

Poetas e heróis, à hora derradeira,

Como uma só mortalha ter quiseram,
Tomaram, soluçando, da bandeira
E em dezoito pedaços a fizeram...
(...)
Eles foram lutar em campo aberto,
O peito, não de ferro, mas de ralos
Pedaços de bandeira só coberto...
Que torpeza insultá-los!

Foram, sim, mas tão belos, tão risonhos
Quais bravos paladinos de outras eras,
Oferecer à morte os pobres sonhos
De suas infelizes primaveras!

As oligarquias acreditavam que essa onda de “indisciplinas” dos tenentes passaria, como tantas outras crises enfrentadas, contanto que houvesse atitude enérgica e mais forte do governo, e foi o que aconteceu, como já vimos tantos exemplos nos governos de Epiácio Pessoa e Artur Bernardes.

A intenção dos tenentes em depor o presidente eleito, Artur Bernardes, e impedir a diplomação não teve êxito. Muitos dos que se sublevaram foram processados na Justiça Civil e Militar, mas desse grupo saíram os principais líderes do então batizado Tenentismo.

Para Sodré (1965), os tenentes representavam um movimento de cisão no interior do próprio Exército, onde se puderam observar a acomodação da alta oficialidade com o presidente Bernardes e um abalo na hierarquia militar. Fausto acredita que os tenentes não queriam

apenas purificar a sociedade, mas a sua própria Instituição Militar, quando ele cita que:

Respondendo a processo criminal, logo após o movimento de julho de 1922, Siqueira Campos reconheceu que antes de abandonar o Forte de Copacabana, ele e seus companheiros oficiais haviam arrancado suas insígnias, declarando que não pertenciam mais ao Exército (FAUSTO, 2004, p. 411).

É neste contexto de renovação, salvaguardas, oposição às oligarquias e de assumir para si a reação republicana, que os tenentes revoltosos deflagram a Coluna Prestes, objeto de nossa próxima apreciação.

1.5.3. Por que os jovens oficiais assumiram a revolução?

Sabemos que a insatisfação do país era generalizada. Movimentos operários, oligarquias dissidentes, grupo empresarial, classe média urbana, o setor social era mais sensível ao clima de revoltas frente ao contexto em que a nação vivia. Nesse sentido, escreveu Rodrigues (1968, p. 12):

Foi um período de intensa atividade sindical e política nos meios operários, fundando-se inúmeras organizações de classe e círculos políticos e desempenhados também uma inédita atividade cultural. Realizam-se conferências, comemorações, congressos locais, regionais e nacionais. Em conseqüências da permanente mobilização popular, desencadeiam-se greves por empresa, por categoria ou abrangendo vários setores e transformando-se

mesmo em greves gerais que marcaram época, como a de 1917 em São Paulo.

Se o clima era de efervescência política e de atuação popular, por que os jovens militares assumem a dianteira do processo revolucionário? Embora o movimento operário tivesse uma militância na década de 1910, Anita Leocádia defende que, no início dos anos 1920, ele estava abatido, vítima da violenta repressão do governo aos seus principais líderes. Sendo assim, a classe operária não tinha como assumir a revolução que sacudiu o país.

As oligarquias derrotadas nas eleições de março de 1922 não estavam dispostas a tomar as armas e enfrentar o governo de Epitácio Pessoa, e o então eleito, Artur Bernardes. Sua postura foi à prudência, a manobra política, cujo temor da participação popular remota a nossa “Independência” que manteve laços do colonialismo.

O povo das cidades e zona rural não poderia se organizar como Canudos, Contestado? A maioria da nossa população era rural e vivia subjugada aos “coronéis”. O homem do campo estava num mundo à parte, distante, sem opinar politicamente. Estavam sujeitos ao voto de Cabresto, e depositavam nas urnas, a mando do chefe local, o seu voto, melhor dizendo, à vontade do “coronel”. Ficava difícil assumir uma revolução.

No mundo urbano havia interesses divergentes.

A jovem indústria brasileira tinha interesses próprios, e estava vinculada aos setores oligárquicos, o que lhe impedia uma postura de

independência. A classe média urbana englobava setores populacionais, como servidores públicos, intelectuais, profissionais liberais e eram subservientes às oligarquias, mas nos anos 20 demonstraram-se insatisfeitos com a vida política e econômica. No entanto, ficaram praticamente na aspiração de uma oposição mais efetiva. Mas nenhum setor social foi tão simpatizante quanto a classe média urbana (os tenentes eram da classe média), faltando apenas uma organização.

Neste contexto surge a opção revolucionária dos “tenentes”, como força catalisadora para impulsionar a revolução. Assim observou o historiador Prado Júnior:

Exprimem antes a inquietação das classes médias a que pertencem pela sua origem; de uma burguesia progressista cujos anseios de renovação encarnam, e que as forças conservadoras da República Velha comprimem num arcabouço anacrônico e rígido, que já resvalara francamente para a mais completa degradação política e moral. Se são militares que formam na vanguarda do movimento de regeneração política do Brasil, é que suas armas lhes davam a possibilidade de agir; e não estava ainda em condições de substituí-los a ação das massas populares, desorganizadas e politicamente inativas. Os “tenentes” assumirão por isso a liderança da revolução brasileira (PRADO JUNIOR, 1979, p. 14).

Os tenentes preencheram uma lacuna do clamor social: espaço deixado pela falta de lideranças ao processo revolucionário, e a uma eficaz oposição aos governos oligárquicos de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes. Estando estreitamente ligados às camadas média urbana,

sofreram as influências das insatisfações. Também é bom salientar que, com as armas, e sendo eles, de uma instituição militar, estavam em contato com as demais unidades das Forças Armadas. O nível cultural que tinham ajudou na liderança da massa urbana contra a ditadura legalista. Neste sentido, Otaviano parabeniza o patriotismo e o desejo de um Brasil melhor, mas fez algumas ressalvas pelos meios utilizados, conforme atesta o seu posicionamento:

Não nego patriotismo, bravura e competência militar ao coronel Carlos Prestes e aos seus companheiros de revolução, no desejo de melhorarem, naquele tempo, as condições aviltantes em que se encontrava o Brasil, mas a orientação que deram ao movimento revolucionário, fazendo a campanha à custa do povo, sobretudo no Nordeste flagelado, derramando sangue e dilapidando os minguados haveres dessa gente, matou-lhes todo o ideal que apregoavam e foi a fulminante causa de seu fracasso (OTAVIANO, 1979, p. 123).

Esta foi a imagem que a Coluna Revolucionária deixou na Paraíba, sobre a qual teremos a oportunidade de nos debruçar com mais detalhes. Porém, é legítimo reconhecer que o ideal de renovação das instituições republicanas não ficou desconhecido em sua marcha pelos Estados brasileiros.

CAPÍTULO II

A COLUNA PRESTES

2.1 A Coluna Paulista

A Coluna Prestes é filha das rebeliões militares de 1924 no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Depois que Artur Bernardes assumiu a presidência do Brasil, os “tenentes” realizaram um movimento armado. No dia 5 de julho, na cidade de São Paulo, os rebeldes reafirmaram as reivindicações de 1922. Os Tenentes, centrados no seu militarismo, minimizaram a participação popular. Nesse sentido, Drummond (1985, pp. 22-23), afirma que “contatos com setores civis (inclusive lideranças operárias) foram tentados, mas os tenentes não insistiram neles depois de confirmada a participação de oficiais da Força Pública de São Paulo”.

Todavia, os Tenentes alcançaram apenas a adesão do General da reserva, Isidoro Dias Lopes, que ficou como chefe militar supremo. A esse respeito, no seu livro “Uma vida e muitas lutas”, afirma Távora:

O General Isidoro aceitou o plano, com base nos dados apresentados, fixado, em princípio, para a madrugada de 5 de julho de 1924, o início do movimento militar, em São Paulo. Essa data seria confirmada com, pelo menos, uma semana de antecedência, comprometendo-se o general a chegar a São Paulo, antes do anoitecer da véspera do levante, para pôr-se bem a par de sua execução (TÁVORA, 1973, p. 136).

A capital industrial do Brasil, São Paulo, tornou-se campo de batalha. As guarnições circunvizinhas da capital foram auxiliadas por elementos da Polícia Militar do Estado: “O sucesso inicial, na cidade de São Paulo baseava-se, de um lado, na ação do Regimento de Cavalaria da Polícia Militar do Estado, sob o comando de Miguel Costa, sediado no centro da cidade” (op. cit. p. 135).

Enquanto o prefeito e o governador decidiram sair da cidade, o governo federal agiu sem demora: a cidade foi bombardeada pelos canhões mais sofisticados do país. Governando numa situação tensa, o presidente Artur Bernardes não foi um democrata à altura. Temendo o crescimento da rebelião fardada e possível combates de infantaria maciça, recorreu a seguidas decretações de estado-de-sítio (FAUSTO, 2004).

Para a governabilidade, o ato dos tenentes feria o direito pátrio, e ao próprio povo. O secretário da Coluna rebatia este insulto, dizendo:

Os bernardescos, com cinismo que lhes é peculiar, procuraram apresentar o nosso ato como uma monstruosa violação do direito das gentes, uma covardia inominável exercida contra um povo fraco com o qual mantínhamos amizade (LIMA, 1979, p. 121).

Com a intensidade dos bombardeios e as baixas, os revoltosos (a Coluna Paulista) executaram a retirada, abandonando aliados civis e enormes recursos materiais. As forças legalistas, com os carros blindados, desfilaram nas ruas após a retirada dos revoltosos. Foram derrotados em Três Lagoas (MG), e assim, seguiram para o oeste do Paraná. Enviaram emissários ao Rio Grande do Sul na tentativa de que houvesse alguma adesão. Sobre a retirada, Lourenço Moreira, secretário da Coluna, comenta: “ninguém de bom senso negará que o espírito revolucionário, que avassala o Brasil, seja uma resultante daquela retirada, que manteve viva a Revolução de 5 de julho” (LIMA, 1979, p. 59).

É bom salientar que Lourenço Moreira Lima, na condição de secretário da Coluna Prestes, registrou no seu diário, depois transformado em livro intitulado “Marchas e Combates”, os episódios mais marcantes da rebelião militar, portanto, uma fonte documental imprescindível.

2.2 A Divisão Rio Grande

Os oficiais e civis do Rio Grande do Sul – conspiradores militares, e até políticos, em outubro de 1924, aderiram depois da chegada dos emissários da Coluna Paulista. O levante da Divisão Rio Grande foi fixado para à

Madrugada do dia 29 de outubro, dando-se ciência, por telegramas em linguagem convencionada, aos oficiais comprometidos em Alegrete, São Borja, São Luís, Santo Ângelo, e aos chefes civis, em Mello e Artigas (TÁVORA, 1973, p. 159).

Sob o comando de Prestes e Portela, os regimentos da cavalaria das cidades de São Luiz Gonzaga, São Borja e Uruguaiana se sublevaram. Em Santo Ângelo, foi distribuído um planfleto-manifesto no levante do 1º BF (Primeiro Batalhão Ferroviário) em 29 de outubro, expressando o desejo de um Brasil forte, denunciando os métodos desonestos do governo no combate aos revolucionários e exortando o povo a não temer a Revolução:

Todos desejam a victoria completa dos revolucionários, porque elles querem o Brasil forte e unido, porque eles querem pôr em liberdade os heróis officiaes da revolta de 5 de Julho de 1922, presos porque num acto de patriotismo quizeram derrubar o governo Epitácio, o que esvasiou criminosamente o nosso thesouro, e porque quizeram evitar a subida do

Governo Bernardes, que tem reinado a custa do generoso sangue brasileiro. Todos sabem hoje, apesar da censura da Imprensa e do Telegrapho, apesar das mentiras officiaes espalhadas por toda parte, que os revolucionários têm recebido verdadeira consagração por onde têm passado e que até hoje não foram batidos. Não queremos perturbar a vida da população, porque amamos e queremos a ordem como base do progresso. Podem, pois, estar todos calmos que nada acontecerá de anormal. São convocados todos os reservistas do exercito a se apresentarem no quartel do 1º Batalhão Ferroviário e fica aberto o voluntariado (PRESTES, 1995, p. 37).

Após uma série de derrotas, seguiram para São Borja, para se unir às forças do Capitão de Engenharia, Luis Carlos Prestes, cuja biografia poderá ser apreciada no anexo A. Os militares riograndenses davam continuidade à tradicional luta política no seu Estado, mas os Tenentes pensavam em maiores proporções: a nação brasileira. No entanto, sem conseguir resistir às forças legalistas lideradas pelo General Cândido Rondon, os “libertadores” da Divisão Rio Grande resolveram abandonar o Estado. Diante disso, muitos revoltosos preferiram dispersar; outros, buscar o exílio, mas a minoria preferiu dar continuidade ao movimento rebelde. Nasce a Coluna Miguel Costa-Prestes, conforme a Figura 2 que mostra seus principais comandantes.

Figura 2- Os comandantes da Coluna Prestes⁵



Fonte: Bertolli Filho (2003).

2.3. Um significado à Coluna

A Coluna Prestes ficou conhecida por vários nomes, a saber: “Grande Marcha”, “Coluna Invicta”, “Coluna Miguel Costa-Prestes”. Na sua composição estava imbuída a marcha militarista pois, segundo Drummond, ela é mais considerada por feitos táticos e estratégias militares e do papel político “salvador” do Exército, e não por cogitações de uma parceria civil séria para ampliar a rebelião. Neste

⁵ A foto foi tirada em Porto Nacional (Goiás) no ano de 1925, onde se vê: 1. Miguel Costa; 2. Luís Carlos Prestes; 3. Juarez Távora; 4. João Alberto; 5. Siqueira Campos; 6. Djalma Dutra; 7. Cordeiro de Farias; 8. José Pinheiro Machado; 9. Atanagildo França; 10. Emídio da Costa Miranda; 11. João Pedro; 12. Paulo Kruger da Cunha Cruz; 13. Ari Salgado Freire; 14. Nelsom Machado; 15. Manuel Lima Nascimento; 16. Sadi Vale Machado; 17. André Trifino; 18. Ítalo Landucci.

sentido, a Coluna foi um grande feito militar, sem um sucesso político, e muito menos uma afirmação de renovação social. Ela é filha do desdobramento de duas rebeliões militares frustradas, atuaram de forma isolada e elitista, desprezando as possíveis adesões populares. O espírito “salvacionista” nacional tinha o objetivo de reduzir o poder das oligarquias nas regiões brasileiras (urbanas e rurais), onde as desigualdades sociais eram mais trágicas. Isto se torna mais explícito no primeiro parágrafo do Manifesto de Luis Calos Prestes, quando afirma em dedicatória:

Ao proletariado sofredor das nossas cidades, aos trabalhadores do nosso sertão, e, muito especialmente, aos revolucionários sinceros, aos que estão dispostos à luta e ao sacrifício em prol da profunda transformação por que necessitamos passar, são dirigidas estas linhas (TÁVORA, 1973, p. 344).

O Capitão Luís Carlos Prestes realizou uma guerra de movimento, que permitiu o êxito militar. Sua capacidade de liderar é reconhecida e fez com que seu nome fosse imortalizado na marcha revolucionária. Lima registra essa virtude de Luís Prestes com estas palavras:

A primeira carta que Isidoro escreveu a Prestes, após a entrada da Coluna na Bolívia, é um documento de notável valor e uma afirmação dos mais belos sentimentos patrióticos. Ele transmite a Prestes a chefia da Revolução, declarando que o faz por havê-la, o mesmo, conquistado a golpes de inteligência. Que ele, Isidoro, cumpria o seu dever e tudo fizera pela vitória: mas, que, na Revolução Brasileira, estava ocorrendo o que sempre sucedeu em todos os

tempos e entre todos os povos: novos chefes, mais capazes, surgiram da luta, substituindo os primeiros (LIMA, 1979, pp. 60-61).

Sabemos pela historiografia que as possibilidades de vitória militar da Coluna eram praticamente nulas. Contudo, ela teve um efeito surpreendente entre os setores da população urbana insatisfeitos com a elite dominante. Mesmo tendo a Coluna uma formação humanista limitada (nenhum dos líderes possuía uma instrução sólida nas ciências sociais, diferentemente daqueles com a influência positivista na Proclamação da República), isto não a impediu de assumir a bandeira de um conteúdo liberal, denunciando as perversões dos costumes políticos consagrados na “política do café-com-leite”.

Acreditamos que o grande problema dos tenentes, e por extensão, da própria Coluna, foi o não envolvimento com a grande massa popular urbana e rural do país: os tenentes objetivavam fazer uma revolução para o povo, mas sem o povo.

2.4 A Grande marcha pelo Brasil – O Nordeste coronelista resiste

A Coluna Miguel Costa-Prestes, ou “Coluna Prestes”, nunca teve um contingente militar que superasse 1500 soldados, e oscilava com a deserção e adesão de seus membros. Os civis gaúchos somavam centenas, e São Paulo contribuiu com um bom número de imigrantes (alemães, italianos e húngaros), destacando Ítalo Laducci e Mário Geri

promovidos a oficiais; outros foram aproveitados pela experiência da I Grande Guerra (1914-1918). As adesões civis aconteceram em muitos Estados, especialmente no Maranhão e no Piauí em maior quantidade. Explica o capitão Luís Carlos Prestes:

Ao entrar no Maranhão, fomos recebidos como heróis. Por quê? Por ter vindo do Rio Grande e chegar até o Maranhão...Era um grande feito. O povo todo era simpatizante, porque havia no Maranhão uma grande oposição política ao governo (PRESTES, 1995, p. 77).

Drummond (1985, p. 54) anota que nos estados do Ceará e Piauí, as adesões de civis foram fomentadas pelos Coronéis. Este dado é curioso, pois o coronelismo do Nordeste puramente latifundiário e patrimonialista (sem esquecer de São Paulo com inclinação agro-mercantil) foi um dos alvos prediletos do tenentismo, e ao mesmo tempo, isto evidencia que houve um descontentamento político de algumas oligarquias nordestinas com o Governo Federal.

Fausto (2004, p. 173) defende que a Coluna percorreu 24 mil quilômetros, mas Drummond, por sua vez, diz que a extensão da marcha é calculada em 25 mil quilômetros. No entanto, a certeza de suas campanhas é que a Coluna evitou o confronto direto com forças militares ponderáveis, deslocando-se rapidamente de um ponto para outro. O apoio da população rural não passou de uma ilusão.

Desta forma, ela evitou os grandes centros urbanos, ferrovias e boas estradas de rodagem, devido ao forte poder bélico das forças

legalistas, e, já na época, as condições de deslocamentos motorizados especialmente por trem.

Na época da propaganda contra o governo de Artur Bernardes, a nação brasileira tinha vinte Estados e a Coluna percorreu por catorze deles, a saber: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia. O quadro seguinte nos dá uma melhor proporção do trajeto, conforme Figura 3.

Figura 3. A Grande Marcha revolucionária pelo Brasil.



Fonte: Teixeira (2018).

Como se vê, a Coluna passou mais de uma vez nos estados do Mato Grosso, Goiás, Piauí, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Houve muitas dificuldades para os militantes da revolução. Lima narra algumas delas, das quais abordaremos duas. A primeira de ordem físico-estrutural, e a segunda de ordem humana:

A distância de Porto Adela à linha divisória, na serra de Maracaju, é de cento e vinte e cinco quilômetros. O caminho é sofrível para a infantaria, havendo vários atoleiros e alguns rios pequenos que dificultavam o transporte da artilharia, em marcha vagarosa à retaguarda, protegida pelo esquadrão Ary. Felizmente, não fazia mau tempo. A quase totalidade

da tropa seguia desmontada. Prestes fez essa travessia a pé. A Divisão apresentava um aspecto de miséria. Soldados e oficiais estavam descalços e quase nus, cobertos de trajes imundos, com longas barbas e cabeleiras desgrenhadas, caindo-lhes sobre os peitos e os ombros (LIMA, 1979, p. 130).

O autor continua mostrando alguns problemas comuns aos revolucionários:

Os soldados descobriram aguardente numa fazenda e embriagaram-se em número avultado. Era praxe nossa derramar todas as bebidas alcoólicas que encontramos, a fim de evitar a embriaguez na tropa. Em inúmeros lugares, vazamos grandes depósitos de aguardente, com uma pena imensa dos amadores da caninha e dos seus donos. Perdemos muitos companheiros extraviados por se haverem emborrachado, frustrando a fiscalização que exercíamos. Tivemos de conduzir muitas vezes soldados bêbados amarrados aos cavalos para não caírem e não serem vítimas dos inimigos que nos acompanhavam (op. cit. p. 184).

É evidente a postura elitista dos militares revoltosos, quando viam a massa popular incapaz de assumir a revolução. Daí assumiam para si o papel salvador da nação, resumindo na fórmula de “representação e justiça”. Os “tenentes” não tinham um plano de reformas sociais, como moradia para todos, reforma agrária e saneamento. Sua ação pode ser de um nacionalismo vago, mas pretendeu, na fervura dos fatos em que se encontravam, moralizar as instituições. O que iria distinguir a postura

dos “tenentes” em relação à oligarquia dissidente era o uso das armas, sacrificando a própria vida. Além de tantos relatos heróicos de um grupo de homens de armas na mão, que fez o governo “tremar e temer”, foi a participação de mulheres.

Hoje em dia, devido aos avanços que a mulher já fez dentro do contexto mais global da sociedade, sobretudo a mulher da classe média do Primeiro Mundo, já quase ninguém se atreve a afirmar, em teoria, que a mulher é inferior ao homem enquanto ser humano. Mas a prática, porém, se distanciam da teoria, no sentido de que ainda permanecem, na linguagem coloquial, nos ditos populares e nos meios de comunicação, expressões permeadas do preconceito em relação à mulher. A linguagem, se não diz toda a realidade, diz pelo menos uma parte dela, e nos deixa perceber que o preconceito e a discriminação ainda estão aí, despertos e atuantes. Nos anos 1920, a mulher não era emancipada e sofria com as amarras sociais e machistas e, diga-se de passagem, as maiores discriminações ocorreram da herança colonial, que encontrou seu apogeu no Nordeste brasileiro. No entanto, num grupo de rebeldes militares, a participação das mulheres teve um caráter relevante e ao mesmo tempo preocupante:

Sua presença gerava certas tensões e houve disputas e ciúmes entre os homens. Siqueira Campos, por exemplo, não admitia mulheres no seu destacamento. Ele considerava os combatentes “acompanhados” pouco eficientes por causa de suas preocupações em protegê-las dos assédios de rivais e dos perigos. Mas houve vários momentos em que sua presença foi

positivamente valorizada pelo comando rebelde: desempenhavam tarefas importantes, como preparação de alimentos, atendimento de feridos e contatos com as populações civis e, por vezes, ainda combatiam (DRUMMOND, 1985, p. 67).

Lourenço Moreira Lima, secretário da Coluna, traz um relato sobre a morte de uma mulher negra em Piancó (PB), que gostava de tomar bebida alcóolica, e por incrível que pareça, a participação de crianças na Coluna também foi fato comum, principalmente adotando-as como “mascotes” da Coluna Revolucionária, como fora o caso de Jaguncinho e Aldo, ambos conhecidos e adorados entre os componentes da tropa:

Tia Maria emborrachou-se e ficou nessa vila. A polícia paraibana, que ali chegou, após a nossa saída, encontrando a pobre preta, sangrou-a cruelmente, no cemitério, obrigando-a antes a abrir a sua própria cova. Acompanhavam o Q. G. dois meninos, um apelidado Jaguncinho, e outro de nome Aldo, ambos de uns doze anos. O primeiro era paulista e se incorporaram à Coluna numa das estações da Estrada de Ferro Sorocabana; o segundo era um pretinho que fora encontrado numa fazenda de Goiaz, onde era um verdadeiro escravo. Extraviando-se no Piauí, foram pegos pelo inimigo. Jaguncinho foi levado para a casa de um oficial da polícia piauiense, que o conserva em seu poder, tratando-o bem, conforme fomos informados ao regressar da Bahia, e Aldo foi morto brutalmente. Alvejado por um tiro, e ferido levemente, os seus matadores sangraram-no até expirar (LIMA, 1979, p. 72).

Mesmo com adesões em alguns Estados do Nordeste, a receptividade do Ceará (devotos do padre Cícero), Bahia, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco foi péssima, pois ocorreram muitos combates e poucas adesões. A esse respeito, Lourenço Moreira Lima confessa: “O povo baiano, como os dos demais Estados, mantinha-se curvado ao jugo do despotismo Bernardesco” (LIMA,1979, p. 346).

Nas suas marchas pelo Brasil, a coluna não apresentou uma proposta política clara, ou foi apressada e elitista. A verdade é que os discursos eram em praça pública, quando era possível, pois muitas vezes a população fugia e/ou fazia resistência armada. Nas cidades, além de promover uma oposição governista, consideravam ilegais os impostos e revisavam os processos criminais que geralmente levavam à libertação do detento. Mesmo agindo assim, o povo simples e relativamente simpático à causa da Coluna não participava da revolução, pois o problema era agrário:

A Coluna, em sua marcha pelo Brasil, tentava fazer justiça, queimando livros e listas de cobrança de impostos, soltando os prisioneiros e destruindo os instrumentos de tortura que encontrava. Esse comportamento dos revolucionários conquistava a simpatia dos humildes e injustiçados, mas não era suficiente para mobilizá-los a uma participação ativa na luta. Além disso, a oficialidade da coluna não tinha a menor idéia do problema da terra, não avaliava a importância dessa questão para o trabalhador rural... Para os “tenentes”, a reforma agrária era um assunto

desconhecido, aí residindo, provavelmente, a causa principal da passividade revelada pelo sertanejo diante da marcha dos rebeldes (PRESTES, 1995, p. 81).

Um contingente de homens errantes, com poucos provimentos, fugindo das forças legalistas numa condição de elementos de alta periculosidade, não tinha praticamente uma fonte geradora de bens. Mas quem sustentava, então, a Coluna? Quem acabou sustentando foram as populações das zonas rurais e pequenas cidades por onde ela passou, sendo feitas requisições formais ou escritas. A resistência às contribuições para a Coluna foi mais intensa no Nordeste, pois os nordestinos (especialmente Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará) os tinham como bandoleiros ou cangaceiros, esperando, assim, uma *turbam famelicus*, uma multidão em desordem esfomeada. Mas é evidente que quando houve excesso, saques e requisições exageradas, os culpados eram penalizados desde a expulsão da Coluna até a pena de morte. Todavia, a violência à população civil existiu e foram bárbaras:

Fica bem claro que ela não pode ser isenta de violências inúteis ou mal dirigidas contra a população civil de quem dependia seu sustento (vide o crucial episódio de Piancó, na Paraíba, quando integrantes da Coluna massacraram prisioneiros que se renderam após longa resistência armada). Siqueira Campos dera ordens para que seus homens não fizessem prisioneiros entre os jagunços autores de emboscadas à Coluna (DRUMMOND, 1985, p. 67).

2.5 A repressão do Governo Federal

A repressão legalista era inevitável, haja vista a propaganda feita pelos revolucionários do governo de Artur Bernardes. É bom registrar que, mesmo não conseguindo a adesão do Exército na luta contra o “despotismo Bernardiano”, esta instituição foi a que menos participou da repressão. As principais forças para impedir o avanço rebelde e aniquilá-los provinham dos Estados confederados. O governo utilizava discursos de conteúdo patriótico e de ameaça à segurança pública.

Um outro relato vivido por Lourenço Moreira Lima surpreende os sentimentos mais nobres, isto porque conhecemos, através de testemunhas oculares, o significado da tortura, repressão, interrogatórios e chantagens emocionais na Ditadura Militar Brasileira. Além de discursos demagógicos, o Governo Federal oficializou diversos métodos de persuasão. Para exemplificar, recorreremos a duas citações do secretário da Coluna:

Durante a minha estadia na delegacia da rua 7 de Abril, ali estiveram presas várias senhoras. Pela primeira vez, no Brasil, as famílias dos revolucionários foram arrastadas às enxovias, pelos atos praticados por seus chefes, irmãos e filhos (LIMA, 1979, p. 72).

A segunda citação mostra o que o governo de melhor preparou para os rebeldes de São Paulo, e ao mesmo tempo exprime a classe de policiais corruptos e incivilizados nos interrogatórios:

Vários agentes, secretos ou “tiras”, cercaram-me ansiosamente. Farejavam dinheiro para mo extorquirem, como era praxe da casa. O carcereiro, ao saber que eu era bacharel, mandou-me para a sala livre. Nos rápidos momentos em que estive na carceragem, vi vários instrumentos de tortura: canos de borracha, palmatórias, grossos cacetes e um respeitável espremedor de limões, este, certamente, destinado a preparar refrigerante para os presos, nas horas de calor... Era uma bonita coleção de objetos de martírio. Admirei-me como o preclaro diretor do Museu Histórico do Rio, ainda não mandar buscar aquelas belezas da nossa civilização para enriquecer o seu arquivo... Eu ainda não tive oportunidade de ir ao Inferno, mas penso não poder ser pior do que a delegacia da rua 7 de Abril, onde se ouvia a todos os instantes, partindo de todos os lados (não era só na carceragem que os presos sofriam torturas), os gritos horríveis e as lamentações dolorosas dos infelizes supliciados ferozmente pela polícia paulista (op. cit. pp. 65-66).

Assim, além dos métodos de tortura, o governo alistou diversas forças na Federação para combaterem a Coluna Prestes.

A primeira provinha das polícias militares dos Estados brasileiros, em parceria com soldados do Exército e tropas federais. Mas as principais vítimas da guerra de movimento da Coluna foram às tropas da força pública dos estados.

O segundo contingente contra-revolucionário eram os “Batalhões Patrióticos”, formados por chefes locais. Estes indivíduos eram

voluntários, outros remunerados, e sendo assim, sem nenhum preparo militar e tática de guerra. Muitos devotos do Padre Cícero Romão fizeram parte de um batalhão chefiado por Floro Bartolomeu, aliado do padre, sem o consentimento deste. A esse respeito, Lima (1979, pp. 243-244) afirmou:

O governo concentrava avultas forças no Ceará. No primeiro momento, invocou o auxílio do padre Cícero Romão de Juazeiro, por saber que ele podia arregimentar numerosos contingentes de “romeiros”, como são conhecidos os fanáticos que rodeiam esse velho sertanejo. O padre Cícero recusou atender a esse pedido. Repugnou-lhe agredir-nos e concorrer para maior derramamento de sangue. Floro fechou o negócio, recebeu mil contos de réis, armas e munições, e partiu para o Ceará, onde reuniu o “cangaço” contra a vontade do padre que, já passando dos 80 anos de idade, não teve energia para se opor a isso. O padre, porém, não se conformou com esse ato, e pouco depois de Floro falecer, mandou um indivíduo, que lhe era inteiramente dedicado, a nossa procura, através dos sertões, com uma carta sua, convidando-nos a fazer a paz e a recolhermo-nos a Juazeiro, onde ficaríamos garantidos. (...). Tivemos a oportunidade de ler essa carta, escrita com uma grande ingenuidade, mas da qual ressaltava o desejo íntimo e sincero do padre no sentido de conseguir fazer a paz. Bernardes dirigiu-se novamente ao padre e este lhe respondeu que não nos combateria e nos receberia como amigos, se fôssemos pacificamente a Juazeiro, de onde se retiraria se nos apresentássemos em atitude hostil a fim de não travar combate.

A interpretação, até contraditória ao relato de Lourenço Lima, de Anita Leocádia Prestes é que o Padre Cícero foi sim um colaborador no combate a Coluna, quando diz: “Padre Cícero, famoso sacerdote de Juazeiro, mostrou-se solidário com o governo Bernardes e disposto a colaborar com os legalistas durante todo o período em que a Coluna Prestes marchou pelo Nordeste” (PRESTES, 1995, p. 84).

Prova cabal do exposto sobre o Padre Cícero é o que nos traz a literatura sobre o agenciamento de bandos de cangaceiros, em especial o comandado por Virgulino Ferreira (Lampião), para dar combate às tropas da Coluna pelo interior dos sertões.

Muitos cangaceiros foram alistados para combater a Coluna recebendo em troca o perdão de crimes cometidos, armas, cavalos, fardas, e certa quantia em dinheiro. O lendário Lampião também foi solicitado a participar deste empreendimento governista:

Chegou a ser atraído pelo padre Cícero, mas preferiu não combater depois de ter ganho armas, cavalos e um duvidoso posto em comissão de “capitão”, conferido por um relutante funcionário do Ministério da Agricultura em Juazeiro (DRUMMOND, 1985, p. 73).

A terceira classe de combate à Coluna procedeu de grupos de jagunços articulados por chefes locais. Diferente do segundo, este grupo existia antes da revolução dos tenentes, e compunha a base de sustentação política dos coronéis, mantendo os laços de lealdade pessoal. “Bernardes mobilizou todo o cangaço nacional, do sul ao norte,

e dos seus mais façanhudos chefes fez oficiais da reserva do Exército” (LIMA, 1979, p. 245).

Alguns “coronéis” (Maranhão), opositores ao Governo Federal, buscaram um entendimento com a Coluna. Todavia, eles mantiveram o cumprimento da doutrina coronelista de sempre permanecer na situação política (o poder), isto é, muitos coronéis nordestinos aliados com os Governos Estaduais e Federal representaram, desta forma, a força mais repressiva à Coluna Prestes. E foi precisamente um chefe local, Horácio de Matos (Bahia), que fustigou a Coluna até a Bolívia. Alguns chefes locais foram posteriormente comissionados como oficiais da reserva do Exército. E isto com certeza servia de incentivo para permanecerem na luta, apoiando o Governo Federal, sendo que esta instância não fora utilizada. O Governo Federal agiu de todos os meios escusos para destruir definitivamente a marcha revolucionária, e apesar de todos os desafios mais sofríveis, Lima (1979, p. 431) afirma:

O Bernardismo vencera tudo no Brasil, menos a Coluna Prestes. Bernardes sentia a sua vaidade profundamente ferida com esse insucesso. O déspota estrebuchava e o rancoroso despeito diante de tamanho desastre. A sua alma sanguinária atingira os paroxismos da histeria. Tudo falhara à volúpia sádica do tirano que ansiava esmagar a aquele pugilo indomável de revolucionários que vinham zombando dos seus eunucos agaloados.

Vale ressaltar a simpatia de grupos religiosos progressistas do Nordeste, como os franciscanos capuchinhos da cidade de Carolina (Maranhão) e dominicanos da cidade de Porto Nacional (Goiás).

O historiador militar Sodré (1965) defende que foram as tropas do latifúndio da Bahia que melhor exerceram a contra-ofensiva à Coluna Prestes, que sempre estava a fugir dos grandes combates, visto que a morte diária de seus soldados incomodava muito o Quartel General (QG) rebelde.

É certo que algumas facções das forças legalistas do Exército não estavam dispostas a enfrentar colegas da instituição mãe, e o Governo Federal desconfiava disso. No entanto, a hostilidade popular do Nordeste, em especial a Bahia, foi mais importante que o próprio Exército. Enquanto a Coluna cortava o interior brasileiro, algumas rebeliões militares e civis aconteciam em alguns Estados sob a bandeira dos movimentos de 1922 e 1924 (Rio Grande do Sul – civil; São Paulo – civis e militares; Mato Grosso – militar; e em 5 de fevereiro de 1926, na Paraíba – militar, com a intenção de adesão à Coluna).

A partir de 1927 o Capitão Luís Carlos Prestes recebeu o apelido de “Cavaleiro da Esperança”, pois um oficial de 26 anos mostrou sua inteligência e eficiência numa campanha militar que fez tremer a nação liderada pelas oligarquias, principalmente o Governo Federal. A Coluna Prestes teve um sucesso militar impressionante, mas não impressionou tanto do ponto de vista político-popular, pois praticamente fugiu do projeto intervencionista dos revolucionários. Eles pretenderam ser

agentes de uma transformação, uma revolução para o povo brasileiro, mas não uma revolução social.

A quarta classe articulada para desestabilizar a Coluna por parte do governo de Artur Bernardes foi o de fazer uso da imprensa para fomentar o ódio e a perseguição à Coluna Prestes por onde ela passava. Era comum a chamada nos jornais estaduais conclamando o povo a lutar contra os revolucionários, como teremos oportunidade de observar no capítulo seguinte. Desta forma, o governo Bernardes se armou, com força bruta e discurso, usou todos os meios disponíveis para combater à Coluna Prestes. Em outras palavras, O Brasil se armou com este fim. Essa característica veremos, em especial, no estado da Paraíba, quando da passagem da Coluna revolucionária pelo interior.

CAPÍTULO III

A COLUNA PRESTES NA PARAÍBA

3.1 A Parahyba armada: o discurso oficial

Convencionamos chamar de discurso oficial o discurso do governo, na época em que a Coluna Prestes esteve na Paraíba governava o estado o Presidente João Suassuna, e Artur Bernardes governava o Brasil.

O maior contingente revolucionário estava invadindo o estado do Ceará. Como o Padre Cícero havia se recusado a combater a Coluna, o seu aliado político, Floro Bartolomeu e, na expressão de Lourenço Lima, “um médico obscuro em Joazeiro” (LIMA, 1979, p. 244), aceitou ser contratado pelo presidente Artur Bernardes para aniquilar os revoltosos.

Um regimento faz a travessia da Serra do Pereiro, onde encontraram resistência dos “papa-gerimus” que fugiram para o mato. E no dia 5 de fevereiro de 1926 chegam na Paraíba.

No dia 5, subimos a serra Luiz Gomes e ocupamos a vila do mesmo nome, junto ao povoado Feira dos Paus, da Paraíba, que invadimos, à tarde, indo acampar na fazenda Quixadá, no município de São José do Rio do Peixe, tendo percorrido doze léguas em território rio-grandense do Norte (LIMA, 1979, p. 250).

O destacamento de João Alberto e Ary Dutra segue na intenção de invadir Patos e Pombal, onde se concentravam as forças governistas, e entrar em contato com os tenentes Souza Dantas e Serôa da Mata; este foi um dos líderes na revolta em Cruz das Armas, bairro da cidade da Parahyba, que veremos adiante.

Antes mesmo de a Coluna Prestes chegar em terras paraibanas, já havia uma expectativa de sua passagem, visto que a propaganda governista tinha como objetivo persuadir a população das cidades e vilas a tomar armas para combater os rebeldes, vistos como assassinos, estupradores, ou seja, uma turba composta de pessoas de toda espécie. Transcrevemos de um jornal em circulação da época este discurso oficial do presidente paraibano João Suassuna, preparando os ânimos paraibanos para combater “o mal que se aproxima”.

Prevendo de muito esse desfecho, o governo do Estado deixara de mandar forças para o Maranhão, preferindo manda-las (sic) aos contingentes para a região claramente visitada pelos revoltosos. Era a região do Rio do Peixe, rica, populosa e acessível, nucleada de cidades como Cajazeiras e Sousa. Para alli, há mezes, seguira o capitão Manuel Viegas, a título de centralizar a acção dos destacamentos (sic)

contra o banditismo, e logo que o perigo se fez iminente, reforçados todos os destacamentos assumiu-lhes a direção o bravo coronel Elycio Sobreira sem perda de dia nem hora, tudo se fez em bem da defeza e da integridade da nossa Parayba (A UNIÃO, 1926, p. 01).

Neste mesmo dia 05 de fevereiro – sexta-feira - de 1926, o jornal “A União” publicou a convocação do Presidente da Parahyba para enfrentar as forças prestistas, e no sábado o jornal “A Imprensa” (de orientação católica) reforça o apelo governista.

– DO GOVERNO AO POVO - PARAHYBANOS!
Os restos da revolução do Sul, destroços errantes de um odioso movimento contra a legalidade e contra a Pátria, que têm sido encoiraçados de Estados a Estado, aproximam-se, desordenadamente, de nossas fronteiras. Nessa insana e desastrada aventura num evidente desespero de causa, elles já não simulam, sequer, o ideal de reinvidicação política com que, antes, procuravam mascarar sua actividade revolucionária. Já não tentam granjear as sympathias e a solidariedade dos brasileiros, como apoio de seus propósitos mal disfarçados, ao contrário: ameaçam, por toda parte, em repetidos assaltos, a honra, a vida e a propriedade das populações indefesas. Perante essa imminencia de descalabro dos welindros (sic), da família e do patriminio escapo, a tanto custo, às crises das sêccas (sic), os sertanejos do Ceará e do Rio Grande do Norte vêm demonstrado, em heróicas

resistência as qualidades invictas dessa “rocha viva da nacionalidade (A IMPRENSA, 1926, P. 01)

Esta proclamação do Presidente do estado conseguiu instigar atitudes belicosas da população, criando barreiras intransponíveis para uma possível absorção dos ideais prestistas. Para a imprensa estadual, o Governo, ao convocar os cidadãos para defender a legalidade, o patrimônio e os bons costumes, demonstrava uma probidade administrativa, patriótica, entendendo que o Capitão Prestes era o senhor do anarquismo, da devassidão e da corrupção dos bons costumes.

Seguindo o mesmo artigo, no qual foi publicada a convocação do presidente estadual João Suassuna, o jornal fortalece dizendo:

O governo da Parahyba, com a sua compreensão patriótica e o sentimento das suas responsabilidades, aparelha, na mais decida energia, a reacção oportuna. Não se teme dessa arremetida que nos ameaça já nos que realize, galhardamente, o seu empenho de defesa do nosso território e de nossos bens Moraes e materiaes, contodos (sic), cohesoso, formem a bandeira ireductivel dos brios parahybanos. A causa é de todos: todos devem contribuir com a exaltação da dignidade publica e a coragem effectiva para que o nosso glorioso Estado fique a salvo das incursões do saque systematico e de affrontas irreparaveis. Parahybanos! Cumpri o vosso dever. – Às Armas! (A IMPRENSA, 1926, p. 01)

Com esta propaganda acirrada, o povo paraibano tendeu a uma disposição resoluta e inalterável contra a Coluna Prestes. A Parahyba blinda a mentalidade e o “patriotismo”. Artur Bernardes, ao enviar um telegrama fomentador, parabenizando o desmonte do levante em Cruz das Armas (bairro da cidade de Parahyba - 5 de fevereiro de 1926), e indicando as condições de inoperância militar dos revoltosos, levou os paraibanos a uma reação substancial, ocasionando o trágico episódio de Piancó. Isto porque o telegrama foi emitido dois dias antes do confronto naquela cidade. Todos os métodos eram permitidos para pôr fim à marcha prestista, assegurando a governabilidade e, por conseguinte, a continuidade governamental, como atesta o telegrama transcrito a seguir:

Rio, 7 – Queria aceitar minhas felicitações excelente serviço prestado Polícia seu Estado prendendo oficiais desertores e ex-marinheiros sublevação coraçado São Paulo. Aproximando-se revoltosos fronteira Parayba depois encuraçados do Piauhly e do Ceará devo preveníl-o (sic) que segundo todas as notícias trazidas conhecimento Governo estão os mesmos de ânimo quebrantado desmuniçados e, portanto, sem efficiencia militar, razão pela qual fogem sempre de combater. Sem esperar pelo comunicado geral das forças que operavam até há pouco em Piauhly e Ceará poderá V- exc. determinar para ganhar tempo que a polícia da Parayba e os civis armados para a defesa do Estado e da ordem atraqueem e persigam quanto antes os que praticam o banditismo no interior levando desgraças o luto às

inditasas populações sertanejas. Como V-exc. não desconhece os rebeldes não tem feito jus a serem tratados com benevollência que no caso seria por elles consideradas prova de fraqueza das auctoridades e estímulo à continuação dos crimes que vêm praticando. Até que chegue ahi acção do general João Gomes parece que os governos da Parayba e do Rio Grande do Norte podem concerta uma acção conjunta atacando as invasões por todos os lados possíveis. E o que tomo a iniciativa de sugerir ao esclarecido espírito de V. exc. a quem agradeço as comunicações feitas e a quem saúdo cordialmente – Artur Bernardes (A UNIÃO, 1926, p. 02).

É comprensível a reação do povo quando as notícias da imprensa estampavam uma caricatura de morticínio. O Q.G. acreditava que os nordestinos, gente flagelada pela seca, se voltariam contra o governo de Artur Bernardes. Nesse sentido, Manuel Otaviano escreveu:

De fato, ele foi, para as classes flageladas dos nortistas, um outro flagelo, pela incúria de nossa vida regional, completo abandono dos necessitados dos rincões nordestinos. Tentou extinguir toda a organização de obra contra as secas, tudo o que nos legara o fecundo e patriótico governo de Epiácio Pessoa; (...). Os revoltosos contavam com essa ajuda, rebentada dos nordestinos injustiçados. Mas, o método por eles adotado, teria que, infalivelmente, fracassar. O povo temia o saque, o morticínio, a destruição. Considerava-os um grande rebanho de cangaceiros, um Lampião muitas vezes multiplicado (OTAVIANO, 1979, p. 143).

O advogado paraibano e secretário da Coluna Prestes, Lourenço Moreira Lima, não nega o alistamento de elementos propensos a atos comprometedores. Muitas situações fugiram do controle, ocasionando a perniciosa virada copernicana: de libertadores para revoltosos ou cangaceiros. No entanto, para salvaguardar a governabilidade, todos os meios foram utilizados, outrossim, com uma porção exacerbada da propaganda oficial. Lima denuncia as mentiras e confessa, também, os pecados praticados, talvez querendo justificar o massacre em Piancó.

No Piauí, como aconteceu nos outros lugares por onde passamos, formaram-se à nossa retaguarda, bandos de ladrões que saqueavam os povoados abandonados, praticando toda a sorte de tropelias. As tropas bernardescas, por sua vez, também arrasavam as propriedades e cometiam as maiores violências contra os habitantes, furtando, roubando, incendiando, estuprando mulheres e matando os homens com uma ferocidade inaudita. Não procuro com isso eximir as nossas forças da responsabilidade de muitos prejuízos causados ao povo, mas, mostrar que a maioria das acusações que nos foram feitas eram caluniosas. Como tive oportunidade de dizer, as nossas forças foram obrigadas à prática de certas medidas extremas de represálias, mas somente naquelas localidades cujos habitantes se armavam e nos receberam à bala (LIMA, 1979, p. 221).

A Coluna Prestes, através de seus representantes maiores, expressava seus ideais como motivadores da luta contra o Governo. Através de manifestos fazia o povo conhecer a causa de tão impetuosa

ação militar contra oligarquias, cangaços, militares e para-militares: um governo corrupto, um regime político desmoralizado. Os libertadores pretendiam destronar o tirano Bernardes, e implantar a Lei e o Direito, libertando as massas escravizadas.

O manifesto ao povo paraibano, divulgado pela Coluna Prestes quando da sua passagem pelo Estado, tinha por objetivo mostrar o papel dos revolucionários.

Figura 4 - Manifesto revolucionário distribuído na Paraíba, no início de 1926.



Fonte: Prestes (1995).

De nada adiantou o manifesto “Ao Povo Parahybano”, pois a propaganda oficial recebeu o apoio incondicional do jornal “A Imprensa”, de orientação religiosa e sob a direção do Cônego Nicodemos Neves. No entanto, militares e civis paraibanos foram sensíveis à causa revolucionária ao estourar uma revolta no bairro de Cruz das Armas, na capital paraibana.

Pelo exposto, percebe-se que a Igreja Católica usou do mesmo discurso que Artur Bernardes e João Suassuna para persuadir o povo da

Paraíba a ficar contra a Coluna, como também fez uso de meios de comunicação de massa com esse objetivo.

3.2 Pigmeus em números, gigantes no ideal: a revolta de Cruz das Armas

A Coluna estava em terras de Epitácio Pessoa. Até certo ponto e apesar da intensa propaganda oficial contrária aos ideais dos revolucionários, oficiais paraibanos (Tenente Aristides Souza Dantas e o Capitão Serôa da Motta), soldados, marinheiros e voluntários realizaram uma sublevação em Cruz das Armas, na madrugada do dia quatro (quarta-feira) para o dia cinco (quinta-feira) de fevereiro de 1926. Eram apenas onze revoltosos que ameaçaram a estabilidade governamental de João Suassuna. Enfrentaram a traição e uma força descomunal da polícia paraibana, mas fizeram jus ao legado revolucionário de André Vidal de Negreiros.

Lourenço Moreira Lima lembra deste episódio, dizendo:

Justamente, nesse dia, os nossos destemidos companheiros foram atacados e presos pela polícia paraibana, após heróica resistência oferecida por onze rapazes contra quatrocentos homens, pouco antes de ser iniciado aquele levante. Um miserável delator, uma dessas criaturas sórdidas que nasceram com uma alma de lacaios, tendo se imposto à confiança daqueles bravos moços, se inteirara do movimento e o denunciara ao governo do Estado, visando uma paga pela sua infâmia. Fazia parte desse pugilo de valentes e bateram-se ao lado de Souza Dantas e Serôa da

Motta os srs. Plínio de Araújo Coriolano, José Avelino Porto, Agripino Pereira dos Santos, Manoel Rosalvo de Góes, Nicomedes Moraes de Andrade Lima, Elmano Moreira, José Thaumaturgo Borges, Luiz Ramalho Siqueira e Aguinaldo Garcia, cujos nomes devem ficar gravados nestas páginas pela coragem com que procederam. A Paraíba forneceu alguns voluntários e muitos outros paraibanos deram as suas energias à nobre causa das reivindicações liberais da nossa Pátria, demonstrando não se haver apagado na terra de André Vidal de Negreiros a chama que iluminou as almas varonis dos revolucionários de 1817, cujo martírio avultará eternamente no tempo, como uma glória da raça (LIMA, 1979, p. 251).

A chama revolucionária fez a sociedade da capital paraibana tremer. Acusados de subverter a ordem participando de um odioso e nefasto movimento, a polícia agiu de forma enérgica, sendo aplaudida pela opinião pública e jornais como guardiões da paz. A intentona de Cruz das Armas foi recebida de forma execrável: um mal que incondicionalmente deveria ser extirpado. Depois do motim o jornal “A Imprensa” publicou:

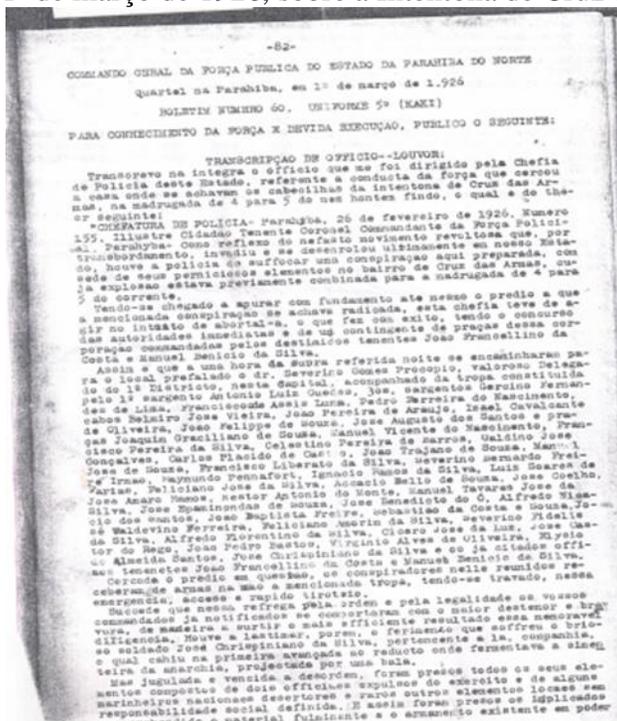
Ante hontem, pela 2 ½ horas, da manhã, foi esta Capital alarmada por alguns desordeiros, que também aqui, fazendo se eco da revolta, que lavra por ahi além, tencionaram subverter a ordem. É o caso que elementos vindos de outras paragens, prepararam um movimento sedicioso, felizmente abortado, graças às medidas tomadas a tempo pela nossa policia. O grupo desordeiro chocou-se com nossos soldados em Cruz de Almas (sic), onde houve forte tiroteio, e éra

composta de marinheiros e civis vindos do vizinho Estado do Sul, tendo à sua frente os desertores do Exército tenente Aristides de Sousa (sic) Dantas e Capitão Serôa da Motta. Os perturbadores da ordem estavam bem aparelhados para a lucta, pois dispunham de granada de mão, tipo do Exército, e de dynamite. Da refrega saiu ferido um soldado pela policia sendo os revoltosos presos e recolhidos á Cadeia Publica. As nossas autoridades superiores não têm poupado esforços no sentido de ser assegurada a paz entre nós, tomando medidas apropriadas ao momento (A IMPRENSA, 1926, p. 02).

Mais uma vez percebe-se que a imprensa paraibana, ou pelo menos parte dela, estava contra os revolucionários da Coluna, além de se mostrar armada contra todo e qualquer movimento paraibano a favor dos prestistas.

A ação dos revoltosos na Capital paraibana foi sufocada por um contingente de praças da força pública do estado da Parahyba do Norte, comandada pelos tenentes João Francelino da Costa e Manuel Benício da Silva. A notícia do jornal “A Imprensa” não destaca a adesão de civis paraibanos, e sim “civis do vizinho Estado do Sul”. No entanto, o boletim de número 60, de 1º de março de 1926, páginas 82 e 83, que transcreve um ofício de louvor (26 de fevereiro de 1926) pela vitória da ordem e legalidade, registra a participação de civis locais na condição de pessoas sem responsabilidade social definida. Na figura seguinte, podemos imaginar a vanglória militar por esmagar os conspiradores, na mentalidade legalista, salvando a honra e a administração da Capital.

Figura 5 - Boletim nº 60 do Comando Geral da Força Pública da Paraíba, 1º de março de 1926, sobre a Intentona de Cruz das Armas.



Fonte: Arquivo do Comando Geral da Polícia Militar da Paraíba (2005).

3.3 Sangue no interior paraibano

A Revolta Militar foi notícia nas primeiras páginas dos jornais. A propaganda oficial não poupava fôlego e meios para propagar o movimento revolucionário como pernicioso e anarquista. É neste

diapasão que as matérias jornalísticas formavam a opinião pública e determinavam que tipo de sentimento devia imperar na população: a preocupação ou o sobressalto com a onda de bandoleiros que ameaçavam o interior da Paraíba. Para os paraibanos, a Coluna Prestes, este “incêndio”, violava a paz e a ordem, e todos deveriam se unir, confiando em Deus, em prol da defesa do Estado. A prudência bélica do Governo é vista como ato de louvor e de pulso forte, garantindo a todos a segurança e a tranquilidade. Mas ao povo civil, o patriotismo deveria ser revelado com armas nas mãos. Vejamos a matéria do jornal “A Imprensa”:

O incêndio das revoltas militares, que se diria acabado com a debanda de tropas rebeldes para as fronteiras do Sul, depois do triumpho da legalidade em S. Paulo, atea se agora entre nós e toma vulto. Transplantada do Sul pra o Nordeste a remente revolucionária, estamos nós agora com esse pernicioso elemento de anarchia e desordem dentro do Estado, deixando-nos pensativos e assustadiços. A incursão da onda revoltosa nos sertões do Ceará e Rio Grande do Norte, trazia-nos a preocupação de que também iríamos soffrer o veixame de vel-a entrada em nossos arraiaes. Unidos aos vizinhos pelas mesmas condições ethnicas e ethno-graphicas, sel-emos egualmente na resistência formal e decidida contra esses perturbadores da ordem e a paz. O acertado movimento de tropas que o governo do Estado tem efeito com tanta prudência e energia, é para todos nós garantia e segurança. Mais de mil homens se acham destruidos em pontos estratégicos

de nossas fronteiras, velando pela defesa do Estado e das suas instituições. Por outro lado, acode a iniciativa particular, armando-se e pondo-se em guarda elementos civis de valor. Tudo isso nos traz a quas certeza de que sahiremos victoriosos dessa investida anarchista. Sobretudo confiamos em Deus, supremo governador dos povos. A proclamação do acatado chefe do Estado chamando os seus concidadãos a se unirem para a defesa commum, é um dever patriótico e a que ninguém se pode furtar. E' de esperar, pois que o nosso Estado saiba correr do seu territorio, com brio e dignidade o aventureiro sem patriotismo e sem ideal (A IMPRENSA, 1926, p. 1).

Com a ajuda da imprensa e dos apelos do Presidente João Suassuna, milícias civis se formavam para atacar a Coluna Prestes. Depois de Souza e Pombal, os revoltosos seguiram para Boqueirão de Curema, onde a Coluna foi recebida com hostilidade. “No dia 8, pela manhã, Ary Freire ocupou o lugar Boqueirão de Curema, de onde expulsou uma força que a guarnecia, tendo a Coluna passado ali à tarde, indo acampar no lugar Estrela” (LIMA, 1979, p. 255).

O vilarejo “Boqueirão de Curema” não passava de um lugar com três pequenas ruas. A população civil ignorava de certa maneira a passagem da Coluna, e só tomou conhecimento quando esta se aproximava. Ao sofrer uma reação violenta, os revolucionários pensavam que se tratava de uma traição daquela gente, mas não imaginavam que a vila estava guarnecida. Neste violento e beligerante encontro reacionário, apenas os revoltosos tiveram sucesso, porque

estavam adaptados à guerra de movimento, e por sua vez, a polícia volante, sem as trincheiras, tornava-se alvos fáceis. Sobre este episódio, Santos escreveu:

Na manhã, do dia 8 de fevereiro de 1926, o pelotão de vanguarda da heróica e invicta Coluna Prestes com quarenta combatentes, sob o comando do Capitão Ary Freire, em marcha acelerada, galopando a cavalos, atravessa o referido povoado. Pela rua central iniciou-se o desfile militar. Tudo parecia tranqüilo, porém, de repente; surgiu um ataque de surpresa, partindo de uma volante policial, que provocou um violento tiroteio, que durou pouco, pela derrota do contingente policial, que não resistiu ao grande impacto da reação dos revoltosos. A passagem mais próxima para a vizinha cidade de Piancó era por essa povoação (SANTOS, 2002, p. 26).

A vila de Boqueirão de Curema estava protegida com um contingente legalista pronto para a batalha. Mas nem todos os soldados paraibanos alistados para tal campanha iam para o campo de batalha. Qual seria o motivo? Solidariedade pela causa? Medo? O certo é que muitos desertaram.

Nos documentos da Polícia Militar da Paraíba, temos registrado essas deserções. “Severino Alves da Silva e Manuel Tertuliano da Silva, que deverão ser expulsos no final do castigo, por terem arribado justamente quando se apurava um pessoal, a fim de seguir para o interior do Estado, bater revoltosos” (Figura 6), como consta no Boletim de Nº 43.

Figura 6 – Boletim da Força Pública do Estado da Paraíba que exclui militares por terem desertado.

COMANDO GERAL DA FORÇA PUBLICA DO ESTADO DA PARAIBA DO NORTE

quartel na Parahiba, em 26 de fevereiro de 1.926

BOLETIM NUMERO 57. UNIFORME 5º (KAKI)

PARA CONHECIMENTO DA FORÇA E DEVIDA EXECUÇÃO, PUBLICO O SEGUINTE:

DINHEIRO RECEBIDO:

O senhor 1º tenente-intendente recebeu do commandante do destacamento de Campina Grande, a importancia de 95\$000, descontados de praças daquelle destacamento, por effeito de castigos.

ENGAJAMENTOS:

Ficam engajados por mais dous annos, de accordo com o artº 137 do R/F, os soldados do 1º B/I João Dionysio de Paiva e Olegario Ferreira da Silva, conforme requereram.

EXCLUSAO:

Excluo o soldado do 1º B/I, Manuel Flor de Vasconcellos, por haver fallecido no dia 9 deste mez, no combate havido com os rebeldes em Pianco. (Telegramma do Comdº do 2º Btl. de 25-2-926).

INSPECÇÃO DE SAUDE:

Seja inspeccionado de saude na Enfermaria Militar, onde se acha em tratamento, o soldado do 1º B/I, Joaquim Felismino, conforme parecer do facultativo em serviço nesta Força.

OFFICIAES EM TRANSITO:

Fica considerado em transito, por ter-se apresentado a este Commando, vindo do interior do Estado onde se acha em diligencia, o 2º tenente, em commissao, addido ao 1º B/I, Jose Cassiano de Mello.

CARGA:

O senhor 1º tenente-intendente faça carga de 14 cestas de madeira, para papel, feitas na Carpintaria da Força, e entradas na I/G/F, no mez de janeiro deste anno.

DISTRIBUIÇÃO DE ARTIGOS:

O senhor 1º tenente-intendente considere distribuidas 13 cestas de madeira, para papel, nas seguintes repartições: uma (1) no Gabinete deste Commando; quatro (4) na Secretaria da Força; e oito (8) no 1º Batalhão.



Fonte: Arquivo do Comando Geral da Polícia Militar do estado da Paraíba (2005).

Contudo, parece que a cidade vizinha, Piancó, não constava a presença das forças legalistas advindas de Campina Grande ou João Pessoa. E para confirmar que esta cidade estava desguarnecida, e que a polícia só chegaria depois da hecatombe, “morte do padre Aristides e defensores de Piancó – Fereza desumana da Coluna rebelde” (ditos de Manuel Otaviano), vejamos este documento, “Convocação do Governo”, João Suassuna:

A invasão do nosso Estado pelos rebeldes, como era de esperar, se deu entre os municípios de Souza e Pombal, avançando os revoltosos em grupos daquela zona central da Parayba.... Sem recurso e sem elementos de tropas, pois a nossa polícia militar compõe-se apenas de 1200 homens, incubidos de toda a segurança do Estado, apenas conseguir dispor de cerca de 400 homens para hostilizar a horda invasora. Mesmo assim, conseguimos salvar do saque e da humilhação todas as cidades e vilas, com exceção de Piancó, que ficou, justamente, na rota do grosso dos rebeldes (A UNIÃO, 1926, p. 5).

Desta feita, a cidade estava desprotegida, mas as notícias que lá chegavam eram no sentido de que a Coluna estava reduzida e sem armamento, fugindo do encontro com as forças legais e isso fez com que se formasse um grupo de patrióticos para alvejar os revoltosos. Por

que o recurso às armas? Por que o Presidente estadual João Suassuna não protegeu Piancó? Os patrióticos lutavam pelo governo?

Antes de responder estas perguntas, vamos conhecer as forças político-oligárquicas de Piancó, sem considerar objeto-foco principal do nosso trabalho a vida pessoal do padre Aristides (padre casado) e suas questões eclesiásticas com o Bispo da Paraíba, Dom Adauto, enfocando apenas as consequências de sua opção política.

No sertão paraibano, dominou a família Leite, cujo prestígio político tem sua gênese em Pedro Leite, governador da Bahia, que semeou nos sertões esta oligarquia para fundar fazendas de gado e auxiliar a Casa da Torre, das bandeiras de Piratininga e de Teodósio de Oliveira Ledo. Este foi pai do comandante João Leite, que fez fortuna em Piancó e pelos Cariris Velhos na Paraíba e nos Cariris Novos, no Ceará. O mandonismo Leite tinha sua raiz no Brasil Colonial. A esse respeito encontraremos informações de Manuel Otaviano, escritor e vigário de Piancó na época do massacre. Quando veio a falecer, o Padre Aristides, escreveu:

A família Leite, cujo predomínio político e decantada abastança encadeavam perto de duzentos anos, no vasto e falado Município, era a única força dominante da terra que, por muito tempo, foi conhecida como a vila velha de Santo Antônio de Piancó. A stirpe dos Leite nascia de velhos troncos que o governo central jogou para o norte do País com o fim de colonizar a grande região, onde ainda dominavam as tribos cariris e suas ramificações, muito temidas por sua bravura e ferocidade. E, quando a conquista foi uma realidade,

formaram-se linhagens de diversas famílias, cada qual firmando seu domínio, onde melhor lhes pareceu nuclear a vida. Requeridas várias sesmarias, essas famílias se firmaram e conseguiram riqueza e predomínio com certa facilidade (OTAVIANO, 1979. p. 50).

Sobre a origem do padre Aristides, diz o mesmo escritor:

Aristides Ferreira da Cruz, filho de Jorge Ferreira da Cruz e D. Joana Ferreira Chaves, nasceu, na antiga fazenda Lagoas, hoje vila do Município de Pombal, em maio de 1897.... Seus avós paternos eram da família Cruz e Linhares, ramificada pela Paraíba e Rio Grande do Norte. Pelo lado materno, foi seu avô o capitão João Batista Ferreira Chaves, gente de vulto no vizinho Estado nortista, mas o seu verdadeiro tronco parece que se enraizou em Inhamuns e Riacho do Sangue, no Ceará (op. cit. pp. 33-34).

A historiadora Cavalcanti, ao fazer uma síntese da história do padre, dentre outras informações, aponta:

Durante o tempo que passou no Seminário foi um aluno de regular para bom, havendo lecionado em João Pessoa em cujo Seminário maior se ordenou em 01 de novembro de 1901. Exerceu o vicariato numa pequena cidade do Rio Grande do Norte, logo depois de ordenado, indo, posteriormente, auxiliar a D. Adauto, o 1º Bispo da Paraíba, em uma visita pastoral pelos sertões de sua diocese. Foi quando conheceu Piancó, a terra que dominou por vários anos e onde veio a ser assassinado e sangrado (CAVALCANTI, 2004, p. 75).

O padre Aristides se distanciava do padrão de comportamento vigente dos clérigos de sua época, mas nunca foi sua pretensão romper com as orientações eclesiais. Em pouco tempo ficou amigo de todos, até o dia em que a política lhe fez mostrar as unhas de águia. O padre Otaviano, então pároco de Piancó, conheceu de perto os fatos. Ele diz que o padre Aristides durante muitos anos viveu apático às injustiças políticas, e era grande amigo do atual patriarca Leite, o Dr. Felizardo. Na condição de padrinho da filha do Dr. Felizardo, o padre em exercício ministerial participava do manancial reduto de poder dos Leite. Um só rebanho e um só pastor, este era o contexto político de Piancó antes de o padre ganhar a simpatia do povo e se enveredar nas peripécias partidárias. A inimizade proporcionou um clima “quente e ácido”:

Quando se deu o rompimento entre padre Aristides e Dr. Felizardo, era essa a situação política de Piancó: um só rebanho e um só pastor. O padre mediu o tamanho do inimigo que ia enfrentar e as armas de que dispunha para o atacar. Corajoso, decidido, lançou-se ao campo da luta e desenvolveu sua propaganda contra a família Leite, nos povoados, nos Distritos, nas fazendas, nos jornais, na tribuna popular, em qualquer parte, como quem estava disposto a sacrificar a própria vida. Todas as armas, desde a verdade até a calúnia, eram boas para jogar contra os seus grandes inimigos. Gritava na praça pública que era preciso acabar, em Piancó, com a escravização política, com o regime do quero, posso e mando. Foi, aos poucos fazendo adeptos, congregando elementos, firmando-se em seus chefes, (...)Tratava-se de um padre que sempre merecia a

confiança do povo (...), mas o chefe de polícia e outras figuras de prestígios, junto ao governo estadual, pertenciam ao velho partido venancista, de que o senador Epitácio era o chefe, de fato, no Estado, e tudo faziam para sustentar o padre em Piancó. Tanto Epitácio como Venâncio guardavam fundos recalques, para não dizer ódio, contra os Leites em Piancó e os Dantas no Teixeira (...) Padre Aristides sabia de tudo e aproveitava a ocasião para não perder vasa. Reconstituía fatos antigos, descobria e, com os seus partidários, inventava crimes dos Leites. Estes, por sua vez, usavam das mesmas armas para desmoralizar o padre e cortar a sua desabrida propaganda (...). Pode-se dizer apenas que o velho Piancó entrou na treva por muito tempo. Batalha de lama e de outras coisas... que a pena se negava a escrever. Foi a maior de suas noites (OTAVIANO, 1979. pp. 63-65):

O padre elegeu-se deputado estadual por três mandatos, residindo na cidade de Piancó (ver Figura 7) e manteve sua batalha pessoal. Suspenso da ordem e enfrentado inimigos ferozes, não manifestava rancor do superior religioso, mas:

Queixava-se amargamente da falsidade dos políticos e da boa fé de D. Adauto, dando crédito aos enredos e calúnias de seus inimigos (...) Padre Aristides, além das amizades que conquistara, em seu tempo de vigário, recebia, constantemente, telegramas e cartas confortadores de seus chefes e amigos, no Rio de Janeiro e no Estado, verdadeiras bandeiras de propaganda no seio do povo (op. cit., pp. 69-71).

Figura 7 – Foto do Padre Aristides.



Fonte: Meu Piancó (2021),

Frente à decisão, D. Adauto acabou por tomar a decisão de suspender o uso da ordem sacerdotal do padre Aristides, decisão esta dotada de certo tom calunioso, fundamentada no suposto envolvimento amoroso com uma moça chamada Maria José, com a qual teria se casado e tido filhos. A carta de suspensão da ordem pode ser apreciada no Arquivo Eclesiástico da Paraíba – (C:C/3) (002) estante E1P1, p. 67 – fruto de intrigas políticas, mostrando-se assim ao lado de uma oligarquia secular. Esta decisão do Bispo favorecia a família Leite, desejosa em minar um poderoso opositor. O efeito não foi o esperado, pois aumentou a simpatia do povo ao sacerdote suspenso, significando uma resposta ao poder legitimado dos Leite fundamentada na tradição e ao poder burocrático da Igreja a serviço das oligarquias. A este respeito, afirma o padre Aristides:

Fui, por muitos anos, vigário desta terra e vocês todos conhecem o quanto de sacrifício despendi em bem da religião que me fez sacerdote. Tanto suor derramado!!... Deus sabe das minhas intenções, quando pisei Piancó, como seu vigário. Sejam bons e peçam a Deus que eu não seja sempre mau. Mas ele não me tire a vida, antes que eu tape a boca do último Leite, em Piancó (OTAVIANO, 1979, p. 88).

Esse contexto de efervescência político-partidária, no qual a oligarquia Leite via-se ameaçada com um novo personagem carismático, que constituía uma facção de oposição, fez parte de um plano maior: combater os revoltosos prestistas.

Desta feita, podemos assim, responder as indagações anteriormente feitas. A corrida de prestígio governista para combater o inimigo político, na visão do padre Otaviano, vem a ser uma explicação mais plausível para que o chefe político, padre Aristides, enfrentasse a Coluna Prestes. Nesse sentido, seria correto afirmar que a situação caótica de Piancó teria contribuído para dois fins: primeiro, combater os revolucionários da Coluna e, segundo, pôr fim ao poder do padre Aristides.

O padre Aristides não estava em boas amizades com o governo do Estado, porque este não satisfazia a todos os seus caprichos políticos e continuava a manter forte regime de garantias a todos os adversários, como o fizera o seu predecessor, Sólon de Lucena. Julgava ele com os amigos que Piancó resistindo e batendo os rebeldes, prestaria grande serviço à ordem pública e o governo o compensaria, dando-lhe todo o prestígio exigido por ele. Combinada essa medida, discutida às carreiras, ele já não pôde reunir mais o elemento armado, de que dispusera, um dia antes, por já o ter dispersado. Lançou-se mão do que lhe foi possível reunir, espalhou por toda a vila a idéia de defesa da terra, que era preciso evitar o saque desse resto de aventureiros, convencendo mesmo a alguns de seus adversários que logo se armaram e, com ele, entraram em combate (op. cit., p. 133).

A Coluna Prestes, na sua grande marcha pelo Brasil, instigava o povo a combater o governo tirano de Artur Bernardes, e para tanto, em cada Estado era feito um manifesto esclarecendo os objetivos da

Revolução. Por onde passavam, palavras do secretário da Coluna, Loureço Moreira Lima, os revoltosos só partiam para o confronto armado se fossem alvejados. Lendo o manifesto “Ao Povo Paraibano”, é declarado os fins pacíficos. Todavia, o cenário político da Vila de Piancó se tornou propício para o confronto. A chacina em Piancó ocorreu no dia 09 de fevereiro. Vamos acompanhar o relato de Lima, e apreciar, em seguida, a leitura que o padre Otaviano fez do mesmo fato.

O dia 9 amanheceu belíssimo, fazendo a vanguarda o destacamento Cordeiro, seguindo-se lhe Dutra e, por fim Siqueira. Ao chegar a vanguarda, pelas 8 horas da manhã, à vila de Piancó, foi recebida, hostilmente, por uma força que a guarnecia. Era esta constituída por cerca de sessenta soldados da polícia, e perto de cem cangaceiros e pessoas de responsabilidade, sob o comando do padre Aristides Ferreira da Cruz, chefe político do município e deputado estadual. Piancó fica à margem do rio do mesmo nome, numa baixada. O destacamento Cordeiro, ao descer a ladeira que conduz à vila, foi rudemente atacado, travando-se renhido combate, que durou até 3 horas da tarde, quando nos apoderamos da mesma vila. O inimigo estava entrincheirado em várias casas, na cadeia pública, que é um vasto edifício de granito, e na igreja. A luta foi terrível, pois tivemos de desalojar o adversário aos poucos, tomando os seus entrincheiramentos à viva força. Fazia parte da tropa do padre Aristides um assassino truculento, que estava cumprindo 30 anos de prisão e era seu capanga de confiança. Caíram feridos, logo no início do combate, e quando avançavam desassombadamente contra a cadeia, os capitães Manoel de Oliveira Pires e João Baptista dos Santos, e tenente Agenor Pereira

de Souza, além de vários soldados, sendo mortos alguns destes últimos (LIMA, 1979, pp. 255-256).

A literatura, de uma forma geral, tem colocado que grupos de cangaceiros não participaram de combates contra a Coluna Prestes, em especial cita-se com muita frequência o bando comandado por Lampião. No caso de Piancó, houve a participação de cangaceiros nos combates como atestam os livros e arquivos pesquisados.

No jornal “A União”, 05 de fevereiro de 1926, o presidente estadual João Suassuna reconhece de forma clara que a Vila de Piancó estaria desprotegida. Mas Lima faz uma referência a um contingente policial, “sessenta soldados da polícia, e perto de cem cangaceiros”. Uma contradição? Vejamos o que afirmou Otaviano acerca da hostilidade dos patrióticos e sua leitura da versão do secretário Dr. Lourenço Moreira Lima:

Embora o presidente do Estado, Dr. João Suassuna, afirme em sua Mensagem, de 1 de outubro de 1926, que guarneciam Piancó vinte praças e pouco mais de outro tanto de civis, compunha-se a defesa da então vila sertaneja, apenas de doze soldados e trinta e dois paisanos, todos mais ou menos municidados. (...) O Dr. Moreira Lima, ou foi mal informado ou então, pela resistência e bravura desses heróis da legalidade, julgou que a guarnição de Piancó ascendesse a mais de cem combatentes. Essa é que é a verdade incontestada, narrada por todos os que escaparam da sanha cruenta dos rebeldes, força que atingia a quase dois mil soldados, como, em outra parte do livro, confessa o referido escrito. (...). Na igreja não havia

piquete. Os revoltosos é que abriram as portas do templo que serve de matriz, para o velório de seus mortos. Nem a cadeia de Piancó é um vasto edifício de granito, com diz o Dr. Moreira, mas apenas um prédio comum, de alvenaria. (...). Nenhum sentenciado existia na cadeia, nesse tempo, com pena de trinta anos. Entre os presos que os prestistas puseram em liberdade, havia um de nome Fortaleza que, de fato, era um indivíduo de maus precedentes. Mas ali estava, vindo de Conceição, para a cadeia de Piancó que oferecia mais segurança do que a daquela vila, mas ainda não fora sentenciado e nunca foi capanga de padre Aristides. Pelo Contrário, posto em liberdade, teve protetores inimigos do padre e, mais tarde, foi morto traiçoeiramente, em uma fazenda do Município. (...) A história do Dr. Moreira, aqui, é confusa. É preciso restabelecer a verdade: os primeiros tiros dos defensores de Piancó partiram do piquete do então sargento Manoel Arruda, no Conselho Municipal, logo à entrada da rua. Um oficial revoltoso, parece que da vanguarda, vinha à frente de alguns soldados, aproximou-se da localidade, montado a cavalo, despreocupado de qualquer resistência (...) A surpresa, portanto, contaminou a todos os combatentes. Aos primeiros tiros do piquete Arruda, caiu morto o oficial, o cavalo de sua montaria e alguns soldados. Dizem que esse oficial rebelde era apelidado capitão pretinho, de toda a confiança dos chefes revolucionários. Prestes e o grosso de suas forças achavam-se aboletados, no riacho do conselho, à sombra de frondosas oiticicas, uns quinhentos metros fora da vila. Ao ter conhecimento do ocorrido, o chefe rebelde, indignado, julgando-se traído, mandou arrasar a vilota traiçoeira, conforme suas próprias palavras. (...)

o major Viegas estava entre Píancó e Coremas, com um grosso contingente policial. Devera ser ele que vinha fortificar Píancó. Mas não o foi. Os legalistas estavam certos de que se debatiam enfrentando o exército prestista. Tanto que, da casa de padre Aristides só partiram os primeiros tiros quando ele percebeu a invasão da cadeia que fica perto de sua então residência (...) e Píancó ardia em fogo cerrado, sem nenhum auxílio, defendida apenas por um punhado de bravos, jogando a vida em favor da legalidade e defesa de sua terra (OTAVIANO, 1979. pp. 131-135).

Essas duas obras são de extrema relevância para entender as versões do confronto armado em Píancó. Lembro que o primeiro título do livro de Otaviano em questão se chamava “Os Mártires de Píancó”, de 1955, uma chamada sugestiva que aponta o sacrifício pela legalidade, discurso este preparado pelas forças governistas que influenciou e atingiu seu objetivo. Para se vencer uma batalha, diante do perigo iminente de morte, é até concebível no plano beligerante estratégico para se manter vivo. O Dr. Moreira insinuou uma certa covardia dos patrióticos, ao hastearem uma bandeira branca, como subterfúgio de se esquivar à batalha, sem deixar de registrar seu heroísmo e também selvageria:

Em dado momento, de uma das casas ocupadas pelo inimigo, hastearam uma bandeira branca, tendo arrefecido o fogo de nossa parte. Muitos adversários aproveitaram essa oportunidade para fugir. Soubemos depois que esse ato fora praticado por soldados da

polícia e cangaceiros, a fim de abandonarem a vila. Os nossos avançaram confiadamente, sendo alvejados da casa onde estava o padre Aristides. Dutra ordenou, então, ao sargento João Baiano que jogasse uma lata de gasolina à porta dessa casa, afim de incendiá-la. João Baiano tratou de cumprir essa ordem. Nesse momento, abriu-se a porta da casa. O sargento Laudelino Pereira da Silva, comumente conhecido por Lino, tentou penetrar nela recebendo um tiro que o prostrou morto. Os demais soldados precipitaram-se na sala, subjugando as pessoas que ali se achavam, inclusive o padre Aristides, que ainda empunhava uma carabina e ostentava uma grande faca à cintura. Os defensores de Piancó bateram-se com verdadeiro heroísmo. (...) O Q. G. ainda ali se achava, quando recebeu comunicação de haver acabado o combate e terem sido mortos o padre Aristides e as pessoas aprisionadas na sua casa. (...) Em Piancó, segundo nos informaram, a polícia paraibana conduzia os prisioneiros para o cemitério, obrigando-os a cavar as próprias covas, esbordoava-os ferozmente e depois os esfaqueava com a maior crueldade (LIMA, 1979, pp. 257-259).

O exposto por Lima (1979) é a visão dos revolucionários, no caso da batalha de Piancó, os vencedores.

Na tentativa de apresentar uma outra perspectiva do trágico episódio, que trouxe baixas para os revolucionários e os patrióticos de Piancó, fato este que maculou os ideais da Grande Marcha frente à opinião pública (veremos mais adiante), Manuel Otaviano discorda de algumas informações e concorda com outras. Vejamos:

A bandeira fora hasteada por Manoel Cândido, chefe da Mesa de Rendas Estadual, que foi preso, conduzido para a cadeia, e ali, depois da chacina, foi interrogado e contou a sua história. Nada tinha que ver com a luta e nem tomara parte no tiroteio (...). A casa de padre Aristides só fez parte da luta, quando ele se convenceu de que os seus amigos e soldados estavam brigando com os revoltosos, e não enganosamente, com a polícia. Além disso, a residência do padre era localizada no centro da vila e o tiroteio começou em uma ponta de rua, durando, ali, muito tempo. (...) os que escaparam da luta afirmavam que os revoltosos tinham atirado uma bomba na casa do padre. Agora, porém, esclarece o Dr. Moreira que o incêndio dessa casa proveio de uma lata de gasolina. (...). Não disponho de elemento positivo para contestar essa afirmação do Dr. Moreira, sobre o armamento do padre Aristides, no momento de ser dominado pelos revoltosos. Sei apenas que ele, propriamente, nunca possuiu armas de importância. Conduzia, depois de suas questões políticas, apenas uma pistola mauser, ocultamente, e nunca fez uso dela. Nem, sequer, sabia atirar. Nunca foi visto armado. A história dessa carabina e da faca, a julgar por seus precedentes, me parece inverídica (OTAVIANO, 1979. pp. 139-141).

O padre Otaviano, contemporâneo do líder político padre Aristides, na sua obra ignora a postura omissiva do Dr. Moreira em não relatar a atrocidade da chacina. Para Otaviano, a barbárie foi a ruína do ideal prestista. “Não era possível que gente de tais sentimentos, de tamanha fereza sanguinária, fosse capaz de mover uma revolução e

merecer o apoio da nação brasileira, para derrubar o governo e mudar o regime, conforme, mundo afora” (OTAVIANO, 1979, p. 142)

Continua Otaviano sobre os últimos momentos de vida do padre Aristides e dos patrióticos:

Pegado às mãos pela avalanche sinistra e desumana, não esmoreceu e nem pediu complacência. Apenas, em altos brados, pediu: “ sei que vou morrer, mas apenas peço ao comandante da força que me dê uma ligeira trégua, só enquanto rezo uma pequena oração”. “Um ato de contrição”. “Sou sacerdote e não devo morrer sem pedir a Deus minhas grandes culpas”. Nem essa trégua lhe foi concedida, dizem os que ouviram o pedido do padre aflito, no momento de ser executado, e a resposta de seus algozes: “que trégua, que nada... que padre, que nada!...degola este assassino de nossos camaradas... e todos estes bandidos que estão com ele”. Foi essa a ordem, pronta e imediata, do comandante do pelotão que o aprisionou. Não é invencionice nem recurso do escritor ao apanhar essas palavras. Manoel Cândido, chefe da Mesa de Rendas, recolhido à cadeia pelos revoltosos, e Antônia César, velha padeira, em sua casa, ambos perto do barreiro cheio d’água, ouviram-nas e me afirmaram a veracidade do diálogo (...). No dia seguinte, pelas dez horas do dia, chegou a Piancó o pelotão policial, comandado pelo major Viegas. Retirou o padre Aristides, com as carótidas cortadas, um grande golpe em uma das faces e uma punhalada na clavícula esquerda. Trajava calças de brim pardo, suspensório e camisa branca. Todos os seus companheiros de martírio, além de outros ferimentos, estavam também semi-degolados. Eram eles: padre

Aristides Ferreira da Cruz, chefe político e deputado estadual, João Lacerda Moreira de Oliveira, prefeito, seu filho Osvaldo Lacerda Moreira de Oliveira, comerciante, Manoel Clementino de Souza, escrivão do Distrito de Aguiar, seu filho Antônio Clementino de Souza, escrivão da Coletoria Federal, Rufino Soares, guarda municipal, Jovino Quelé, agricultor, Hostílio Gambarra, distribuidor em juízo, Joaquim Ferreira da Silva, José e João Lourenço, Antônio Leopoldo e João Monteiro, agricultores (op. cit., pp. 142-146).

De posse destas e de outras informações sobre a passagem da Coluna Prestes na Paraíba e, além da verdade, que muitas histórias foram produzidas pela conveniência governista, isto nos leva a crer que o incidente de Piancó, mais do que uma questão de bravura era uma tentativa de angariar influência política para a “guerra” partidária local do padre contra a família Leite. Mas os grandes beneficiários foram os governistas: Artur Bernardes, pois os sertanejos assimilaram muito bem a sua propaganda ofensiva para combater a Coluna e, João Suassuna, já que não tinha afetos com o padre político. Entretanto, a Coluna seguia viagem pelo Brasil, demonstrando-se vitoriosa no sertão paraibano. Assim sendo, era indispensável uma campanha legalista em cima de uma catástrofe que chocaria o povo paraibano: os mártires de Piancó.

3.4 O discurso legalista sobre “os mártires de Piancó”

A imprensa da época foi a principal arma legalista para expor a visão governamental, mobilizando os paraibanos num só sentimento:

ojeriza aos revoltosos (como eram denominados). A partir daí, ao registrar o trágico episódio de Piancó, a propaganda do Governo ganha mais simpatizantes ao enfatizar o patriotismo daqueles que morreram (os mártires, como ficaram conhecidos). Sustentavam através da imprensa que a Coluna era a responsável pelos prejuízos morais das melhores famílias (que foram obrigadas a realizar os serviços domésticos) e ainda gerada crise econômica gerada pelo aumento dos preços. A passagem da Coluna Prestes trouxe sérios danos aos piancoenses. Vejamos o que afirma o jornal “A União”: “Perdemos um official, que todo Piancó queimado não pagaria, mas, também, o chefe, Padre Aristides, foi para a sepultura, num barreiro, com seus próprios pés (...)”.

Segue a notícia do jornal:

Os habitantes de Piancó salvaram apenas a vida e a roupa do corpo. Não há vivente que tenha ficado com duas roupas. Há fome, na falta absoluta de pessoal para serviço doméstico. As melhores famílias estão encarregadas de todos os seus serviços de casa, havendo algumas que botam água à carência de outra pessoa que o faça. No dia da feira não vem uma carga não se vê a cara de um feirante estranho, afinal. Os gêneros de primeira necessidade têm vindo de Patos e são vendidos a preço muito alto, pelas dificuldades de toda a ordem (A UNIÃO, 1926, p. 01).

No encontro e desencontro de informações relativas à passagem da Coluna, do intenso confronto em Piancó, buscamos historicizar os fatos e suas interpretações. Pela matéria do jornal “A União”, temos a

idéia de como o ritmo de vida sócio-político-econômico foi afetado. Os revoltosos pensavam que não seriam recebidos hostilmente: os patrióticos, por sua vez, tinham em mãos notícias que os revolucionários estavam acuados. Alguém atirou e muitos morreram. O bacharel paraibano Moreira Lima, em “Marchas e Combates”, diz que o Q.G. não admitia vandalismo, depredações e saques, mas como vimos, admitiu certos exageros dos camaradas. A Vila de Piancó não só foi afetada no âmbito moral e econômico dos civis, mas, casas e prédios públicos foram violados, assaltados e destruídos. O clima de anarquismo e desespero pairou no ar. Otaviano diz que as repartições públicas foram queimadas e todo o comércio saqueado, cenário digno dos espólios de uma guerra. Mas a imprensa da época, fundamentada no moralismo cristão, não citou que mesmo em uma guerra os revoltosos tinham um senso de respeito ao “sagrado”, como lembrou Otaviano:

Os vestígios da passagem dos rebeldes em Piancó ficaram não só na igreja como também em várias casas da vila. Foram encontrados restos de velas, sangue, castiçais, denunciando que eles passaram a noite a velar os seus mortos e, antes do dia amanhecer, os enterraram no cemitério. (...) A igreja, porém, foi respeitada. Nada faltou de suas alfaias. Dizem, e é uma verdade, que acompanhavam a coluna rebelde um padre católico, do clero mineiro, o Sr. José Teotônio dos Santos, residente, nesse tempo, no povoado Santana de Garrotes, poupado por ordem de Prestes, vivo ainda, viu o referido sacerdote e o

próprio Prestes lh'o apontou (OTAVIANO, 1979. pp. 156-157).

Contudo, o cenário sinistro de destruição perpetuou-se na consciência coletiva dos paraibanos: vitória da “legalidade” Bernardista e Suassuna. Um comentário publicado pelo jornal “A União” descreve como ficava o lugar por onde passavam os revoltosos:

Era 9:00 horas da manhã do domingo, 14 do corrente, 5 dias após o ataque quando íamos a chegar a villa de Piancó. Tíamos a alma oppressa (sic) ante as descrições mais funestas que íamos colhendo de quantos encontramos pela estrada. Bando de corvos descansavam modorrentamente aos galhos de frondosas árvores que marginam o rio enquanto outros voejavam ziguezagueando e baixando aqui, ali, acolá. Esse espetáculo interessou-nos. Interrogado a respeito delle nos informou alguém. Aquelles urubus, de certo, festejam cadáveres insepultos, já em estado de putrefação (A UNIÃO, 1926, p. 4).

Segue o parecer de outro jornal, “A Imprensa”, colaborando com a propaganda bernadiana para denegrir ainda mais a imagem da Coluna, tida como anarquista e bárbara. E este discurso de um jornal religioso sobre a “terrível incursão dos revoltosos” fazendo tombar o padre Aristides, do dia 17 de fevereiro, quarta-feira, de 1926, foi reproduzido pela “A União”. Eis o artigo:

Mal poderíamos supor, começa a nota de “A Imprensa”, que a incursão dos revoltosos em nosso

território, tivesse seu epílogo nessa dolorosa tragédia de que foi teatro a vila de Piancó. Já não há mais o que discutir ou pôr em dúvida o trucidamento, e requintadamente perverso, do Padre Aristides Ferreira da Cruz, chefe político local e membro do Congresso do Estado, e demais de dezesseis pessoas, entre os quais o Prefeito Municipal.... Ficou selada com o sangue das infelizes vítimas a passagem pelo sertão da Parayba dessa Coluna de anarquistas e bárbaros. As vítimas tiveram o crime de defender a legalidade e a ordem dentro do seu território, de sua própria casa. Poderiam ter morto os inimigos no campo da luta, no fragor das armas, não o quiseram, porém. Preferiram sacrificá-los a sangue frio, de arma branca, com os requintes de atrocidade que o mundo já sabe (A UNIÃO, 1926, p. 4).

A filha do Comandante Luiz Carlos Prestes, Anita Leocádia Prestes, em seu livro “A Coluna Prestes”, defende que o ato de traição (hasteamento da bandeira branca) que ocasionou a morte do sargento Laudelino, justificou a ação militar e o conseqüente episódio em Piancó. Nesse estudo, já apresentamos uma outra leitura sobre a “bandeira branca”. Escreveu Prestes: “Vê-se, portanto, que em Piancó houve uma explosão de ódio, provocada por uma traição – o hasteamento da bandeira branca, e ao mesmo tempo o ataque aos rebeldes que levava à morte um companheiro querido e estimado por todos.

3.5 Notícias da imprensa sobre a ofensiva militar pela legalidade e a ordem

Ainda com a denominação de Força Pública, a Corporação Militar, além de punir por crime de deserção, excluindo do quadro efetivo, como já vimos, declarava uma “revelação de castigo” (Anexo B), ou seja, perdoava os “filhos pródigos” e “rebeldes” por mostrar patriotismo e serviço no combate pela legalidade:

Tomando em consideração o officio nº 111 do senhor major commandante do 1º B/I. desta Força do modo irreprehensivel e interessado do 1º sargento Antônio Luiz Guedes, quando foi da diligencia contra os rebeldes que pretendia macular a alvura do nosso viver, abrolhar a serenidade dos nossos corações e perturbar a paz der (sic) nossa querida Parahyba, este Commando considera que o êxito da diligencia, enaltecendo os brios da Parahyba, fe-la columna central do edificio da legalidade, onde repousa tranquilla a honra da Republica; resolve por isso perdoar do resto do castigo o 1º sargento Antônio Luiz Guedes, confinado sempre que sabe (sic) cumprir o seu dever (ARQUIVO DA POLÍCIA MILITAR BOLETIM Nº 37, 1926, p. 55).

As baixas da polícia também eram registradas, segundo o telegrama do Comandante do 2º Batalhão, datado em 25-02-1926: “Excluo o soldado do 1º B/I. Manuel Flor de Vasconcellos, por haver falecido no dia 9 deste mês, no combate havido com os rebeldes em Piancó” (ARQUIVO DA POLÍCIA MILITAR - BOLETIM Nº 57, 1926) (Anexo C).

O discurso, ao ser construído, injetava heroísmo à Força Pública e banditismo aos revolucionários, deixando-se subentender, assim, uma gama de preconceitos anti-revolucionários e pensamentos passivos frente ao governo. Mesmo reconhecendo o péssimo gestor público que fazia o povo nordestino sofrer lentamente, padre Manuel Otaviano, em sua mentalidade que pode ser a da época ou fazia parte dos persuadidos da propaganda oficial, entende que a Coluna Prestes é um mal maior, imediato:

O governo Artur Bernardes merecia a justa repulsa da gente nordestina, matando-a pelo desprezo, negando-lhe tudo o que importasse em melhores rumos de vida, mas os revoltosos traziam-lhe imediata devastação. Preferiram todos ao abandono, à falta de trabalho, à fome, à nudez por parte do governo, o desrespeito ao lar, o trucidamento de pobres camponeses, a rapinagem desmedida de seus pequenos haveres, a destruição de suas minguadas reservas alimentícias, que lhes causam os rebeldes (OTAVIANO, 1979. pp. 143-144).

O dever público, pela ordem e pela legalidade, estava sendo executado pelos meios de comunicação (jornais e telégrafos), pelos militares em combate, e pelos civis com sua repulsa aos ideais prestistas. O próprio Presidente do estado da Paraíba, Dr. João Suassuna, era tido como o guardião e comandante na repressão aos rebeldes. Destacavam-se nos informes da imprensa, a bravura do Capitão Manuel Viégas, os Coronéis Elycio Sobreira e José Pereira. Transcrevemos as notícias do jornal da época sobre o movimento das

Forças Militares paraibanas que, com seus detalhes, enriquece o nosso estudo. Eis o que noticia o jornal “A imprensa”:

Noticias tiradas d’ “A União”, jornal official do Estado: Até ultima hora o presidente Suassuna, mantendo-se em communicação com o bravo coronel Elysio Sobreira, orientava nossa defesa, conforme os movimentos da Columna revolucionariam que hontem acampava as duas léguas de Belém, occupado pelo capitão Manuel Viégas. O inimigo atacava as fazendas, munindo-se de montadas; era evidente que se ia dividir para atacar ao mesmo tempo as localidades visadas e implantar a confusão. O ponto principal, porém, era para elles atacar Sousa, com fraca defesa, pela necessidade em que se viu o coronel Sobreira de cobrir ante-postos como São João e Belém. Pronunciada, porém, a investida dos rebeldes, que o coronel Sobreira acompanhava pelas communicações com o capitão Viégas, de São João foram mandados os socorros possíveis. Mas S. João, por sua vez, ficava um tanto exposto, apesar de alli se achar para duplicar a resistênciã e a decisão, a coragem do commandante Sobreira. Nesse ínterim chegava ao theatro da luta um contingente de 30 praças, do comando o tenente Maurício, que partira de Pombal com 60 homens. Tínhamos feito o possível com os nossos elementos; mas o presidente Suassuna, em constante pedidos, recorrera ao general João Gomes, expondo a marcha da Columna rebelde, prevendo as flechas da sua invasão no largo Valle do Rio do Peixe. Ao mesmo tempo, certo da discreção com que são tomadas medidas dessa ordem, aconselhava o coronel Sobreira a insistir também com as forças estacionadas pela linha férrea cearense. O

resultado dessa orientação está no telegrama abaixo. A uma hora da manhã de hoje tinha o coronel Sobreira a comunicação de chegarem os primeiros socorros por uma columna de 180 homens e o aviso de que espera a cooperação de mais de 200, partidos de Orós e Cariris (poço dos Paus). Como ninguém ignora, estes dois pontos são ramaes da via-férrea para as duas grandes barragens. Tudo assim indica que a resistência à Columna de Ary Dutra e João Alberto vae ser na altura dos brios parahybanos. Temos elementos e munição para prolongar a luta, de modo a recebermos mais contingentes. Resta ao governo preparar igual defesa a Pombal e Catolé, se forem visados pelos grupos rebeldes acaso repulsados de Sousa, S. João e Cajazeiras. Seguem hoje pelo trem armas e munições destinadas a essa medida consequente. Prevendo a sua necessidade e natural desfecho, foi que o presidente do Estado fez seguir hontem para Pombal o Coronel José Pereira, que alli secundará a obra patriótica de José Queiroga. Não queremos adiantar mais. Aguardamos os factos, que só estes irão orientando a acção do governo. Temos, porém, um orgulho: a Parahyba, pequena e pobre, numa phase se aperturas económicas (sic) e supressas do banditismo, mostrará que as suas cidades não são presas imbelles de aventureiros os seus campos, arena desimpedidas para escaramuças de loucos e malfeitores (A IMPRENSA, 1926, p. 02).

Segue a matéria com os telegramas trocados entre os principais líderes militares da época. Esses telegramas servem de demonstrativo do pessoal e material bélico utilizado para rechaçar os revolucionários:

Rio do Peixe, 5 – Respondendo official vossencia sob n.340. Acabado de ter aviso certo do capitão Viégas ter uma parte dos rebeldes se dirigido destino Sousa. Tomei providencia remettendo força pela estrada de ferro fim socorrer aquella cidade que tem apenas 35 homens. Com o pessoal que faço seguir fico dispondo apenas nesta villa de 30 praças e alguns civis perfazendo talvez número de cincoenta mais ou menos. Saudações. Elysio Sobreira Te. Cel.

Rio do Peixe – S. João Rio do Peixe, 6 Respondendo official vossencia sob n... 172. Fiz seguir 24 homens Sousa. De Pombal já partiram 30. Em Sousa havia deixado quarenta. Providenciei seguir mais um caminhão do Estado que aqui se achava Dr. José Lopes encarregado. Estrada de Ferro mostrou-me seguinte aviso: segue um trem 180 homens comandados Manuel Calixto pouco depois seguirão 200 que estou esperando de Orós e Cariris. Ao me ver Sousa não cahirá poder rebeldes. Aqui tenho entre civis e forças 60 armas e conto augmentar antes que o dia amanheça. Fique tranquillo que saberei cumprir meu dever pelo que estou animado e confiante. Abraços – Elysio Sobreira, Tenente-coronel (A IMPRENSA, 1926, p. 02).

Impressiona a comoção, se assim pode-se dizer, para o alistamento espontâneo de populares, no ímpeto de enfrentar soldados treinados. Diante de uma propaganda intensa, transformando a Coluna num bando de anarquistas e assassinos que podiam fazer todo tipo de crimes, os civis com certeza iriam participar da ofensiva legalista.

(...). Pelas 23 horas de hontem o presidente João Suassuna teve comunicação de Patos de que a Columna de João Alberto, composta de cento e tantos homens, acampara nas immediações de Santa Gertrudes, pequeno arraial distante três leguas da cidade, e onde se realisa uma feira bem concorrida. Com essa noticia o chefe do Estado chamou à estação de Patos o commandante Rangel e o deputado Pedro Firmino concertando com ambos medidas tendentes a cortar a marcha dos invasores e assegurar a defesa da cidade. S. excia. Concitou-os a arregimentar a população capaz de reagir até que cheguem socorros para cujo envio foram tomadas urgentes providencias por parte do governo. A resposta daquelles dois defensores da legalidade foi correspondendo entusiastamente ao appello do presidente João Suassuna, com a affirmação irrecusável de que os habitantes, a florescente praça sertaneja, num ardande (sic) patriotismo estavam resolvidos a todos sacrificios para se oppôr ao avanço dos revoltosos. Em todos os pontos de possivel accesso à cidade, foram preparadas trincheiras convenientemente dispostas para destribuição da força e dos civis em armas (A IMPRENSA, 1926, p. 02).

Fica, pois, claro que a imprensa, além de fazer a cobertura das batalhas, fomentava o ideal patriótico e à reação por parte da população civil. Enaltecendo os feitos da Força Pública, é patenteada a eficiência da Instituição Militar do Governo e seus oligárquicos aliados.

Quem realmente lucrou com a Marcha da Coluna foram às oligarquias, pois,

Em 1928, com a Coluna na Bolívia, os coronéis ainda recebiam armas e dinheiro do governo do estado, como indenização em face as lutas travadas contra ela. Assim, a Coluna Prestes, embora dotada de intenção oposta, terminou reforçando a estrutura do coronelismo (MELLO, 2002, p. 158).

Mesmo com o Manifesto ao Povo Paraibano, que transmitia as intenções revolucionárias, a Coluna Prestes na Paraíba deixou sacramentada uma representação plástica de malditos amantes da desordem, da aventura e do vandalismo, fugindo, assim, da compreensão popular, os verdadeiros anseios de moralização das instituições públicas e “salvação” do poder opressor das Oligarquias não foram extintas com o fim da Coluna. A opressão continuou e os governos subseqüentes a João Suassuna deram continuidade às práticas lesivas ao povo paraibano. Prova cabal do exposto é que, 80 anos depois de os revolucionários terem passado pela Paraíba, pregando a liberdade e o fim da tirania, pouco mudou. Os problemas daquela época são os mesmos de hoje: fome, sede, injustiças, desigualdades sociais.... Mudam-se os palhaços, mas o circo continua o mesmo.

Nos dias atuais a imprensa ainda desempenha papel importante: 80 anos depois da passagem da Coluna Prestes pelo sertão da Paraíba, mais precisamente na cidade de Piancó, ainda se comemora a passagem e a luta dos paraibanos (os mártires, como ficaram conhecidos) contra

os revolucionários da Coluna. Até um busto fora colocado em praça pública na cidade de Piancó homenageando o padre Aristides (Figura 8), o homem que comandou o combate naquele fevereiro de 1926. Claro que, atualmente, visa-se à exploração turística desse fato histórico que chamou e ainda chama a atenção de todos os paraibanos. A imprensa, nesse sentido, tem o objetivo de fazer o resgate histórico do fato e de divulgá-lo, mantendo acesa as chamas da fogueira da História (CORRÉIO DA PARAIBA, 2006).

Figura 8 - Busto em homenagem ao padre Aristides,
no centro da cidade de Piancó – PB.



Fonte: Piancó – Viajando todo o Brasil (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta análise, procuramos considerar a concepção de História não como um acontecimento em si mesmo, mas como a rede de significados atribuídos ao fato princípio de transformações, que culminou numa provável e lamentável carnificina.

Havia um axioma segundo o qual os sistemas são eternos e que as tentativas e esforços de mudança são atitudes ilusórias, movidos pela demência de uns e pela idealização vaga de outros. O Governo das oligarquias estava tranqüilo pela estrutura Colonial que o mantinha, mas os acontecimentos afloram, clamando por mudança: combate ao privatismo sobre a vida pública; o personalismo nos partidos políticos; o mandonismo local que já asfixiava os princípios republicanos da democracia e da isonomia. A República havia se tornado uma Instituição insuportável. O tenentismo como sendo fruto mais evidente da crise de uma República decadente lança a Coluna Prestes como fruto, ou melhor, como sua maior expressão. O movimento revolucionário exprime antes a inquietação das classes médias a que pertencem pela sua origem (principalmente os Tenentes) de uma burguesia progressista cujos anseios de renovação encarnam e que as forças conservadoras da República Velha comprimem num arcabouço anacrônico e rígido, já

resvalando francamente para a mais completa degradação política e moral.

Mesmo sendo uma marcha militar, a Coluna adquiriu um caráter de movimento popular, pois a maioria dos soldados eram da classe simples, com a participação de mulheres, adolescentes, trabalhadores do campo. Vejo que mesmo pregando a moralização da política houve o fortalecimento do poder republicano sobre os poderes estaduais que estavam corrompidos pelas oligarquias. No entanto, a igualdade social não fazia parte de seus planos, pois os Tenentes, basicamente buscaram ampliar o espaço da política nacional, então dominada pelas oligarquias cafeeiras, a fim de inserir outros grupos no controle da nação, inclusive o militar marginalizado. A classe média urbana estava presa à ideologia dominante; a massa, sendo considerada pelo alto comando incapaz de liderar a Revolução, sem apoio do Exército e da elite civil, levou Carlos Prestes e seus companheiros a fazer do movimento armado um grupo de heróis errantes em busca da compreensão popular, para depor o déspota Artur Bernardes. Embora o movimento tenha sacudido o país, não conseguiu golpear o monopólio do poder central, pois este estava protegido pelas bênçãos das oligarquias.

Numa batalha de legalidade e ilegalidade, ordem e desordem, revolucionários e o governo se incriminavam. Constatamos, para todo efeito, o colossal poder que o discurso tem, mais ainda, a subserviência que o povo tem à voz dos seus líderes. Os desafios do país eram enormes, como nos diz o autor do livro *Os Mártires de Piancó*, pois o

presidente Artur era ante os grandes problemas da nação. A miséria, o analfabetismo e o coronelismo eram as pragas que o Nordeste mais tinha em abundância, e a Coluna se confronta com esses flagelos. Com tanto banditismo e com a doutrina de rezar na cartilha do senhor da terra, o povo foi convencido mediante a imprensa local e os líderes a acolher cultural e fisicamente a Coluna de maneira hostil. Considero que não foi apenas a eficiência bélica, como conclui a imprensa da época, dos patrióticos e do governo que expulsou a Coluna das terras paraibanas, que aqui chegou pacificamente, já que o número de combatentes superava a Força Militar do Estado. O discurso oficial e a cobertura da imprensa associados ao ambiente favorável do mandonismo serviram para instigar a população simples do sertão a ojerizar a Coluna.

Com o intuito de manter a governabilidade, a posição de Presidente da Nação e dissipar a vergonhosa acusação de déspota implacável, desumano, e estando constantemente informado das vitórias de um grupo de revoltosos, o Presidente Artur Bernardes não conseguiu ser um bom administrador diante dos conflitos. Não apresentou alternativas nem buscou amenizar sua política ditatorial, recorrendo apenas à propaganda em favor da legalidade e da ordem, convocando os governos, autoridades, oligarquias, militares e civis para, em outras palavras, mantê-lo no poder, uma vez que seriam bem recompensados. De condecorações e vantagens políticas a financiamentos públicos, o Erário Nacional esteve a serviço daqueles

que foram os causadores primeiros da Revolução. A Coluna, estando ou não armada, matando ou não civis e líderes políticos hostis, destruindo ou não prédios públicos, incentivando ou não o boicote ao pagamento do tributo a César (governo), manteve em linhas gerais a coerência oposicionista.

Com o cumprimento do dever, advieram à glória militar e a restauração da paz. Parecia que Napoleão havia surgido dos mortos e desorganizado profundamente o território brasileiro. A Coluna Prestes foi tão temida e odiada, que tudo e todos se uniram para sua aniquilação. Num ambiente propício para a deflagração de uma guerra, Píscopo foi palco da ironia do destino. O padre-político Aristides, que pleiteara o saudosos prestígio do poder vigente, assume de forma inconseqüente a liderança de uma recepção armada contra uma Revolução Militar que percorreria o território brasileiro na esperança de destituir o Presidente da União. Um grupo de soldados treinados para a guerra de movimento contra civis mal-armados. Este foi o quadro dos beligerantes de Píscopo. A morte do padre político e seus companheiros no âmbito de uma guerra, torna compreensível o assassinato de líderes queridos. A morte de oficiais foi à justificativa dada para a sangria dos então reféns dos revoltosos. O padre e demais revoltosos deveriam ser poupados? Eles não haviam entregado as armas? Todavia, mataram Capitães, Tenentes da Revolução: mereciam morrer! Estas questões são apenas especulações de nossas interpretações. Contudo, o episódio que foi tema de livro *Os Mártires de Píscopo* abalou o Estado paraibano e se

tornou um maior artifício nos meios de comunicação da época para sustentar o que já estava apregoado na propaganda oficial: a Coluna Prestes tratava-se de um bando de assassinos e desordeiros.

A verdade é subjetiva, cultural e situada na linha do tempo. Manuel Otaviano e Moreira Lima são testemunhas oculares, e os demais autores pesquisados fizeram suas interpretações. Além de registrar a passagem da Coluna na Paraíba, esses autores pretendiam expor a força descomunal das oligarquias. A chama do contra-poder não se apaga frente às estruturas de opressão. No caso do incidente de Piancó, a propaganda oficial agregada à imprensa formou a opinião popular. Assim, as massas, objetos de libertação da Coluna, tornaram-se a caixa de Pandora dos revolucionários, pois mesmo com a força da Polícia Militar do estado da Paraíba, o maior contingente armado veio do povo. Pensamos que ao solapar os alicerces da República Velha e sendo princípio hermenêutico da década de 1920, a Coluna Prestes cumpriu seu papel revolucionário e restaurador das Instituições Republicanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Ulisses Lins de. **Um sertanejo e o sertão**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

ANDRADE, Manoel Correia de. **O homem e a terra no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

ATLAS Histórico Brasil 500 anos. São Paulo: Três, 1998.

BARCELOS, Milton. **Evolução constitucional do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. **A República Velha e a Revolução de 30**. São Paulo: Ática, 2003.

BLONDEL, Jean. **As condições da vida política no estado da Paraíba**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1957.

CARONE, Edgard. **A República Velha** – instituições e classes sociais. São Paulo: Difel, 1970.

CAVALCANTI, Rúbia Micheline Moreira. **A Coluna Prestes em Piancó**: caso do Padre Aristides. João Pessoa: Imprell, 2004.

CORREA, Manoel de Andrade. **O Homem e a terra no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República** – momentos decisivos. 7ª ed. São Paulo: UNESP, 1999.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

CRUZ E SOUSA. **Últimos sonetos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Martin Claret, 1940

DRUMMOND, José Augusto. **A Coluna Prestes**: rebeldes errantes. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano** - Sociedades e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política** - tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org e tradução de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 1984.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: EDUSP, 1969.

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**. São Paulo: Nacional, 1977.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro/S. Paulo: Revista Forense E., 1948.

LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes - marchas e combates**. São Paulo: Alfa – Omega, 1979.

LOPEZ, Luiz Roberto. **Uma história do Brasil – República**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **História do Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba – lutas e resistências**. João Pessoa: A União, 2002.

MEU PIANCÓ: O Padre Aristides e a Coluna Prestes. Obtido em: https://www.google.com/search?sxsrf=ALeKk01fPTiOPyIq7l8x4pROW2XoyOHdbQ:1617228614507&source=univ&tbm=isch&q=Foto+da+filha+do+Padre+aristides&client=firefox-b-d&sa=X&ved=2ahUKEwjN_NmIxtvvAhVxG7kGHeVYA3sQ7A16BAgEEAQ&biw=1366&bih=654#imgc=a6c9mP5liSUGUM. Acesso em: 31 mar. 2021.

MIL NOVECENTOS E VINTE E QUATRO (1924): A Revolução esquecida de São Paulo (2021). Obtido em:

<https://www.google.com/search?sxsrf=ALeKk00HqD6WKntBGVVTkUMT1Nj0sL9WMQ:1617144818071&source=univ&tbm=isch&q=fotos+de+saques+em+s%C3%A3o+paulo+no+ano+de+1924&client=firefox-b-d&sa=X&ved=2ahUKEwj4rbnzjdnvAhU3HLkGHab5ABIQ7Al6BAgDEAQ&biw=1366&bih=654#imgrc=-r8ELoV0XrUkUM>. Acesso em: 29 mar. 2021.

OTAVIANO, Manuel. **A Coluna Prestes na Paraíba**. João Pessoa: Acauã, 1979.

PESSOA, Epitácio. **Pela verdade**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1925.

PIANCÓ – Viajando todo o Brasil. Obtido em: https://www.google.com/search?q=Foto++do+busto++Padre+aristides+em+Pianc%C3%B3&tbm=isch&ved=2ahUKEwi13oiRxtvvAhVnpJUCHc0LBBIQ2-cCegQIABAA&oq=Foto++do+busto++Padre+aristides+em+Pianc%C3%B3&gs_lcp=CgNpbWcQA1DSpyxY2YgtYJCSLWgAcAB4AYABoASIAeZBkgEIMy0yMC4yLjKYAQCgAQGqAQtn3Mtd2l6LWltZ8ABAQ&sclient=img&ei=WPNkYLXSAufI1sQPzZeQkAE&bih=654&biw=1366&client=firefox-b-d#imgrc=iljmLY4gCl3pCM. Acesso em: 31 mar. 2021.

PRADO JÚNIOR, Caio. “Prefácio”. In MOREIRA LIMA, Lourenço. **A Coluna Prestes – marchas e combates**. 3. ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

PRESTES, Anita Leocádia. **Uma epopéia brasileira: a Coluna Prestes**. São Paulo: Moderna. 1995.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil:** de Varnhagem a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

REGO, José Lins do. **Usina.** 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

SANTOS, Agu Rodrigues dos. **A Coluna Prestes atravessa Boqueirão de Curema.** João Pessoa: Imprell, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil,** São Paulo: Civilização Brasileira, 1965.

TÁVORA. Juarez. **À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924.** São Paulo, 1927.

_____. **Uma vida e muitas lutas.** Vol. I – Da planície à Borda do Altiplano. 3. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1973.

TEIXEIRA, Eduardo Perez. **A Coluna Prestes vista por o Paiz e o Correio da Manhã (1924 -1927).** Mestrado em História. P. 170. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas.

Artigos de jornais:

A UNIÃO. Pela Ordem e Contra a Rebeldia. João Pessoa, 1926.

_____. Pela Ordem e Contra a Revolta: os aplausos e testemunhos. João Pessoa, 1926.

_____. Do Senador Epitácio Pessoa ao presidente João Suassuna, João Pessoa, 1926.

A IMPRENSA. Invasão do Estado da Parahyba pelos rebeldes. João Pessoa, 1926.

_____. Uma tentativa de revolta nesta Capital. João Pessoa, 1926.

_____. Os revoltosos. João Pessoa, 1926.

CORRÉIO DA PARAÍBA. Piancó lembra a passagem da Coluna Prestes. **João Pessoa, 2006.**

Filme:

ROCHA, Glauber. **Deus e o diabo na terra do sol.** Direção Glauber Rocha. Preto & Branco. São Paulo: Produção Vera Cruz, 1954.

Arquivos visitados:

Arquivo do Comando Geral da Polícia Militar da Paraíba

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba

ANEXO A

DADOS BIOGRÁFICOS DO CAPITÃO LUIZ CARLOS PRESTES

O cognominado “Cavaleiro da Esperança”, por ter sido um dos maiores líderes políticos liberais e, sobretudo, idealista e revolucionário. Era portador de inúmeros dotes genéticos, não só os de inteligência, como os de bravura cívica e de excepcional tática militar. O criador e organizador da Coluna Prestes, a mais arrojada Cruzada Cívica, que durante dois anos cruzou a imensidão territorial do País, executada por uma avalanche de voluntários e abnegados revolucionários, que tentaram, numa peregrinação cívica, combater os desmandos de um velho e já corrompido sistema político republicano.

Luiz Carlos Prestes nasceu em Porto Alegre, rio Grande do Sul, em 3 de janeiro de 1898. Um dos quatro filhos de um oficial do Exército e de uma professora primária, órfão de pai desde a infância, teve sérias dificuldades para se tornar oficial. Como oficial da Engenharia, nominalmente chefe do estado-maior, foi comandante de fato da Coluna. Conspirador ativo em 1922. Rebelou-se em Santo Ângelo (RS) em 1924. Depois foi o maior líder tenentista até maio de 1930, quando criticou publicamente os tenentes que apoiaram a Aliança Liberal. Aderindo ao comunismo, morou na URSS entre 1931 e 1933, ingressou no Comitê Central do Partido Comunista do Brasil em 1934, chefiou os levantes militares comunistas de novembro de 1935 e foi o prisioneiro

político número 1 do governo Vargas entre 1936 e 1945. Anistiado, foi senador em 1946-1948 pelo Partido Comunista do Brasil do Distrito Federal e desde então vem sendo a principal liderança comunista no território brasileiro.

O revolucionário MARCRÓBIO faleceu aos sete dias do mês de março do ano de 1990, às três horas e 30 minutos da madrugada, com a idade de 92 anos, vitimado por uma Leucemia aguda, após, passar sete dias internados no Hospital da Beneficência Portuguesa, na Glória, que é um bairro da zona Sul do Rio de Janeiro.

ANEXO B

**BOLETIM DA FORÇA PÚBLICA DO
ESTADO DA PARAÍBA Nº 37**

COMANDO GERAL DA FORÇA PUBLICA DO ESTADO DA PARAHIBA DO NORTE

Quartel na Parahiba, em 6 de fevereiro de 1.926

BOLETIM NÚMERO 37. UNIFORME 5º (KAKI)

PARA CONHECIMENTO DA FORÇA E DEVIDA EXECUÇÃO, PUBLICO O SEGUINTE:

CONCESSÃO DE PASSAGEM:

Concedi, para desconto ao soldado do 1º B/I. Alfredo Flor da Cunha, uma passagem de 2a. classe, da estação desta capital à Guarabira.

EXCLUSÃO:

Excluo do estado effectivo da Força, de accordo com o artº 139 do R/F. o soldado do 1º B/I. José Garcia de Souza.

EXPULSÃO:

Expulso do estado effectivo da Força, de accordo com o artº 145 do R/F. o soldado do 1º B/I. Antonio Militino de Lyra.

RELEVÇÃO DE CASTIGO:

Tomando em consideração o officio nº 111 do senhor major commandante do 1º B/I. desta Força, acerca do modo irreprehensivel e interessado do 1º sargento Antonio Luiz Guedes, quando foi da diligencia contra os rebeldes que pretendiam macular a altura do nosso viver, abro-lhar a serenidade dos nossos corações e perturbar a paz de nossa querida Parahiba, este Commando considera que o exito da diligencia, enaltecendo os brios da Parahiba, fe-la columna central do edificio da legalidade, onde repousa tranquilla a honra da Republica; resolve por isso perdoar do resto do castigo o 1º sargento Antonio Luiz Guedes, confiando sempre que saba cumprir o seu dever.



Alfredo Flor da Cunha

BOLETIM DA FORÇA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA N° 57

-79-

COMMANDO GERAL DA FORÇA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA DO NORTE

Quartel na Paraíba, em 26 de fevereiro de 1.926

BOLETIM NÚMERO 57. UNIFORME 5º (KAKI)

PARA CONHECIMENTO DA FORÇA E DEVIDA EXECUÇÃO, PÚBLICO O SEGUINTE:

DINHEIRO RECEBIDO:

O senhor 1º tenente-intendente recebeu do commandante do destacamento de Campina Grande, a importância de 95\$000, desdentados de praças daquelle destacamento, por effeito de castigos.

ENGAJAMENTOS:

Ficam engajados por mais dois annos, de accordo com o artº 137 do R/T, os soldados do 1º B/I João Dionysio de Paiva e Olegario Ferreira da Silva, conforme requereram.

EXCLUSÃO:

Excluo o soldado do 1º B/I. Manuel Flor de Vasconcellos, por haver fallecido no dia 9 deste mez, no combate havido com os rebeldes em Pianco. (Telegramma do Comdº do 2º Btl. de 25-2-926).

INSPEÇÃO DE SAÚDE:

Seja inspeccionado de saúde na Enfermaria Militar, onde se acha em tratamento, o soldado do 1º B/I, Joaquim Felismino, conforme parecer do facultativo em serviço nesta força.

OFFICIAIS EM TRANSITO:

Fica considerado em transito, por ter-se apresentado a este Commando, vindo do interior do Estado onde se acha em diligencia, o 2º tenente, em commissão, addido ao 1º B/I, José Cassiano de Mello.

CARGA:

O senhor 1º tenente-intendente faça carga de 14 cestas de madeira, para papel, feitas na Carpintaria da Força, e entradas na I/G/T, no mez de janeiro deste anno.

DISTRIBUIÇÃO DE ARTIGOS:

O senhor 1º tenente-intendente considere distribuidas 13 cestas de madeira, para papel, nas seguintes repartições: uma (1) no gabinete deste Commando; quatro (4) na Secretaria da Força; e oito (8) no 1º Batalhão.



Esquero Sobrinho
96-1

